

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
UNIDADE ACADÊMICA DE DIREITO E SERVIÇO SOCIAL**

JÉSSICA NAYARA DUARTE LIMA

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG),
CAMPUS CAJAZEIRAS/PB: ALGUMAS INTERPRETAÇÕES À LUZ DOS DISCENTES
RESIDENTES**

**SOUSA – PB
2015**

JÉSSICA NAYARA DUARTE LIMA

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG),
CAMPUS CAJAZEIRAS/PB: ALGUMAS INTERPRETAÇÕES À LUZ DOS DISCENTES
RESIDENTES**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Universidade Federal de Campina Grande, campus Sousa como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a orientação da Prof.^a Ms. Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa

**SOUSA – PB
2015**

JÉSSICA NAYARA DUARTE LIMA

**A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NA ASSISTÊNCIA
ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG),
CAMPUS CAJAZEIRAS/PB: ALGUMAS INTERPRETAÇÕES À LUZ DOS DISCENTES
RESIDENTES**

Aprovada em: _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Cibelly Michalane Oliveira dos Santos Costa
ORIENTADORA

Prof.^a. Ms. Eliane Leite Mamede
EXAMINADORA

Prof.^a. Ms. Maria da Conceição Silva Felix
EXAMINADORA

Dedico este trabalho à Damiana
Cirilo Duarte e José Duarte de
Lima (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que me concede mais uma vitória e por Ele está sempre ao meu lado dando força e coragem para trilhar esse caminho.

A minha família que sempre me apoiam nas minhas decisões e que me encorajaram a seguir apesar das dificuldades que apareceram até chegar aqui.

Ao meu namorado Greg Lima, pelo seu apoio em todos os momentos com palavras de incentivo nas horas de angústia e desânimo.

A assistente social Maria Sueli Santos Albano, profissional atuante e comprometida com os valores éticos da profissão.

Aos professores do curso de Serviço Social da UFCG – campus Sousa pela dedicação com a formação profissional e pelas contribuições aos meus estudos.

A minha orientadora a professora Cibelly Michalane Oliveira pelo seu apoio, paciência e principalmente por acreditar na minha proposta de trabalho.

As minhas amigas Ana Rosa Oliveira, Emanuela Maria, Mayara Lira e Sarah Gomes com as quais partilhei momentos inesquecíveis durante esses 4 anos de curso.

A todos e todas a minha sincera gratidão.

Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire.

RESUMO

Este trabalho teve como escopo analisar a atuação do/a assistente social na assistência estudantil da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus Cajazeiras/PB. Tratou-se de uma pesquisa exploratória de campo e bibliográfica, cujos sujeitos corresponderam a nove discentes do gênero feminino e masculino, residentes na Residência Universitária da referida instituição. A amostra foi aleatória não probabilística do tipo acidental. A coleta de dados se deu através da aplicação de um questionário semi-estruturado a respeito de fatores relacionados a moradia e alimentação que envolvem os/as estudantes que utilizam os programas da assistência estudantil, a fim de verificarmos se ocorreu mudanças nos mesmos durante o período anterior e posterior ao ano de 2013, no que se refere aos programas de residência e restaurante universitário. Para analisarmos os dados coletados, utilizamos o método estudo de caso para a realidade em que os sujeitos sociais da pesquisa estão inseridos, procurando considerarmos as particularidades e singularidades que envolvem a dinâmica do real, sem perdermos de vista a totalidade que perpassa e peculiariza o contexto. Os resultados da pesquisa são reveladores de que os/as residentes consideram importante a presença da profissional de serviço social na assistência estudantil, porém, 66,67% dos/as entrevistados/as deixaram evidente, nas entrelinhas de suas falas, que percebem que estes profissionais estão na instituição para controlar o cumprimento das condicionalidades impostas para a operacionalização da assistência estudantil. Tal perspectiva aponta para uma compreensão equivocada do trabalho desenvolvido pelos/as assistentes sociais na referida instituição e programas, na medida em que atribui a estes profissionais o desenvolvimento de uma prática policiaisca e punitiva, aspecto que não corresponde ao objetivo destes profissionais em nenhuma instância de suas atribuições, sobretudo, a partir do processo de renovação do Serviço Social.

Palavras-chave: Assistência estudantil. Assistente social. Serviço Social

ABSTRACT

This study was to analyze the performance of the scope / a social worker in student assistance of the Federal University of Campina Grande (UFCG), campus Cajazeiras / PB. This was an exploratory search field and literature, whose subjects consisted of nine students of males and females living in the University Residence of the institution. The sample was not random probability of accidental type. The data collection was carried out by applying a semi-structured questionnaire about factors related to housing and food involving the / the students who use the student assistance programs in order to check if changes occurred in them during the period preceding and following the year 2013, which refers to the resident programs and university cafeteria. To analyze the collected data, we use the case study method to the reality in which the subjects of social research are entered, looking for considering the particularities and peculiarities involving the dynamics of the real, without losing sight of all that passes and the context peculiarizes . The survey results reveal that / the residents consider important the presence of professional social work in student assistance, however, 66.67% of / the respondents / clear the left, between the lines of their speeches, they realize that these professionals are in the institution to monitor compliance with imposed conditions on the operation of student assistance. This perspective points to a mistaken understanding of the work done by / social workers in that institution and programs, in that it attaches to these professionals the development of a policing and punitive practice, something that does not match the purpose of these professionals in any instance its powers, above all, from the renewal process of social work.

Keywords: student assistance. social worker. social service

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDES – Associação Nacional dos Docentes Universitários

ANDIFES – Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social

CRESS – Conselho Regional de Serviço Social

EaD – Ensino a Distância

ENADE – Exame Nacional de Desempenho

Enem – Exame Nacional do Ensino Médio

FHC – Fernando Henrique Cardoso

FIES – Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-Reitores e Assuntos Comunitários e Estudantis

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

PLC – Projeto de Lei da Câmara

PNAES – Política Nacional de Assistência Estudantil

PNE – Plano Nacional de Educação

PRAC – Pró-reitoria de Assuntos Comunitários

ProUni – Programa Universidade Para Todos

PUC – Pontifícia Universidade Católica

REUNI – Programa de Auxílio à Graduação

RU – Restaurante Universitário

SINAIS – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

UB – Universidade do Brasil

UDF – Universidade do Distrito Federal

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UnB – Universidade de Brasília

UNE – União Nacional dos Estudantes

URJ – Universidade do Rio de Janeiro

USP – Universidade de São Paulo

SÚMARIO

1 APRESENTAÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 - HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	13
1.1. Gênese da Educação Superior.....	13
1.2. Configurações da Educação Superior a partir do desmonte provocado pela política neoliberal.....	21
1.3. Formas/modalidades de inserção e permanência na educação superior na contemporaneidade (cotas, ProUni, Enem e Fies).....	24
CAPÍTULO 2 – O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	29
2.1. Surgimento do Serviço Social na educação superior.....	29
2.2. A atuação dos/as Assistentes Sociais na Assistência Estudantil: reflexões gerais.....	34
2.2.1. A atuação dos/as Assistentes Sociais na UFCG campus Cajazeiras/PB: reflexões específicas.....	38
CAPÍTULO 3 – DESVELANDO A PESQUISA.....	42
3.1. Percurso metodológico da pesquisa.....	42
3.2. Perfil dos sujeitos da pesquisa.....	44
3.3. Concepção dos/as entrevistados/as sobre a Assistência Estudantil.....	45
3.4. Sugestões dos/as discentes para o melhoramento da Assistência Estudantil.....	48
3.5. Mudanças identificadas na Assistência Estudantil da UFCG – campus Cajazeiras a partir das falas dos/as estudantes entrevistados/as.....	50
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
6 REFERÊNCIAS.....	57
APÊNDICE.....	60

1 APRESENTAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) analisou a prática desenvolvida pelo Serviço Social na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), campus Cajazeiras/PB.

O interesse em estudar tal assunto surgiu a partir da experiência de estágio curricular obrigatório na referida instituição, durante os períodos de 2013.1 e 2013.2, pois durante este processo tivemos o conhecimento que o setor de Assistência Estudantil ficou 20 anos sem assistente social, dessa forma surgiu a inquietação de entender como funcionava a Assistência Estudantil na UFCG – Cajazeiras durante esse período e se a mesma passou por mudanças positivas ou negativas após a chegada de um/uma assistente social, além disso, gostaríamos de compreender a importância desse profissional nesse campo de trabalho assim buscamos desvelar a compreensão dos/as discentes que residem na Residência Universitária sobre o trabalho desenvolvido pela assistente social.

Destarte, os sujeitos da nossa pesquisa, corresponderam nove discentes do gênero feminino e masculino que são usuários da Residência Universitária. A amostra utilizada foi aleatória não probabilística do tipo intencional, pelo fato de considerarmos a mesma mais apropriada.

A coleta de dados se deu a partir de questionário semi-estruturado junto aos discentes, momento em que buscamos identificar a compreensão dos mesmos sobre a atuação da assistente social no âmbito da assistência estudantil e, por conseguinte, a percepção dos/as entrevistados/as sobre os diversos programas que envolvem a assistência estudantil, para daí captarmos e, posteriormente, analisarmos os posicionamentos dos/as discentes sobre o nosso objeto de estudo.

A análise dos dados foi realizada à luz do método estudo de caso, por entendermos que este é indispensável para compreendermos a complexidade que envolve a dinâmica do real evidenciado na pesquisa.

Na perspectiva de apresentar os dados coletados e suas respectivas análises, estruturamos o TCC em três capítulos, os quais passarão a ser apresentados a seguir.

No primeiro capítulo, realizamos um resgate histórico sobre a educação superior a partir de sua gênese, posteriormente analisamos as configurações desse nível de

educação diante do processo de desmonte provocado pela política neoliberal. Em seguida discutimos sobre as formas de inserção no ensino superior, enfatizando as estratégias governamentais, a exemplo do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Sistema de Cotas, Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES).

No segundo capítulo, discutimos sobre o Serviço Social na Assistência Estudantil do Ensino Superior, enfatizando a gênese dessa profissão nessa modalidade de educação. Abordamos ainda, como se dá a atuação dos assistentes sociais no âmbito da assistência estudantil, refletindo sobre as especificidades de tal intervenção na assistência estudantil da UFCG campus de Cajazeiras/PB.

No terceiro capítulo, apresentamos os dados coletados na pesquisa, enquanto um substrato da realidade cotidiana vivenciada pelos/as discentes que são usuários/as da Residência Universitária da instituição aqui enfatizada.

Por fim, apresentamos as considerações finais, as referências utilizadas para o desenvolvimento do estudo, os apêndices e anexos.

Consideramos que o estudo aqui apresentado poderá contribuir significativamente tanto para os/as discentes que se interessarem pelo assunto, quanto para os/as profissionais que desejem conhecer um pouco mais a temática.

CAPÍTULO 1 HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O ensino superior brasileiro originou-se lentamente, pois a criação de universidades no Brasil enfrentou muita resistência primeiramente por parte de Portugal que não via justificativa para a criação desse tipo de instituição no período colonial. Sendo assim, o ensino superior foi ofertado por colégios, academias e faculdades até a criação de universidades no país. A partir daí, o mesmo vem ao longo das décadas passando por transformações estruturais, políticas, econômicas, sociais e culturais. Esses aspectos influenciaram de forma significativa a trajetória do ensino superior no Brasil.

Na perspectiva de analisar essa trajetória, faremos, neste capítulo, um levantamento histórico a fim de compreendermos melhor como chegamos à educação superior contemporânea.

1.1 Gêneses da educação superior

No período colonial a educação brasileira era de responsabilidade da Companhia de Jesus formada pelos jesuítas, ordem religiosa fundada por Santo Inácio de Loyola em 1534, a mesma foi enviada para o Brasil, até então colônia de Portugal, para educar e catequisar os índios, porém estes foram proibidos pela Coroa portuguesa de criar universidades, pois para eles não era interessante dá autonomia a colônia, assim a educação se restringia a escola elementar que ensinava a ler, escrever e repassar a doutrina católica.

Porém, em 1550 é criada uma faculdade em Salvador- Bahia que oferecia os cursos de artes e teologia ambos com duração de três e quatro anos respectivamente, mas adiante foram criados os cursos de Ciências Naturais e Filosofia. É importante ressaltar que esses cursos eram oferecidos aos filhos dos colonizadores, restando aos índios apenas a educação elementar.

Segundo Ramos (2011), as faculdades jesuítas foram sendo instaladas em outros locais da colônia como: São Paulo, Pernambuco, Maranhão, Pará e no Rio de Janeiro, e oferecia além dos cursos supracitados o curso de matemática.

Em 1759 a educação passa por um retrocesso, isso se dá devido à expulsão dos jesuítas tanto de Portugal como das suas colônias pelo Marquês de Pombal que alegou

que a Companhia de Jesus estava se tornando um Estado dentro do Estado Português. Desta forma, o Marquês destina a educação da colônia aos sargentos e aos oficiais das milícias, além disso, fecha as faculdades criadas pelos jesuítas ficando, assim, apenas os colégios.

No período monárquico que se dá de 1808 a 1889 ressurgiu o ensino superior no Brasil, isso por conta da transferência da família real e da Corte para a colônia, mas D. João VI, na época príncipe regente, optou por criar um sistema de cátedras ao invés de criar universidades, entretanto em 1813 as cátedras transformam-se em escolas, academias e faculdades especializadas.

Segundo Ribeiro (1992), a chegada da família real à colônia gera uma nova realidade e exige uma série de medidas no campo intelectual e educacional, assim são criados cursos como o de cirurgia na Bahia instalado no hospital militar, o curso de cirurgia e anatomia no Rio de Janeiro, e também o curso de medicina. Todos esses cursos formavam cirurgiões e médicos para a Marinha e para o Exército, sendo oferecidos primeiramente no sistema de cátedras. Além desses cursos muitos outros foram criados a fim de formar técnicos nas áreas de economia, indústria e agricultura, porém ofertados pelas academias e faculdades.

Destarte, a educação se constituía a partir do ensino primário, que era composto pelas escolas que ensinavam a ler e escrever e o ensino secundário e superior composto pelos cursos das academias e faculdades.

Já na Primeira República (1889-1930), houve novas tentativas para a criação de universidades no Brasil, a primeira se dá pelo próprio Imperador D. Pedro II, que em seu último pronunciamento em 1889, propõe a criação de duas universidades uma no norte e outra no sul, que poderiam ter se tornando grandes instituições de organização literária e científica. Outras tentativas surgiram com a criação da Universidade de Manaus, em 1909, promovida pelo desenvolvimento econômico do ciclo da borracha¹.

Segundo Ramos (2011), a Universidade de Manaus uniu em uma só instituição os cursos de medicina, engenharia, direito, farmácia, odontologia e o curso de formação

¹ Ciclo da borracha é período que vai de 1879 a 1912, onde a exportação de borracha in natura proporcionou à região norte uma proeminência econômica e social inédita dentro do país. (<http://www.infoescola.com>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2015).

de oficias da Guarda Nacional, porém com o fim da prosperidade do ciclo da borracha se foi também a Universidade de Manaus.

Ressalta-se que outras universidades foram criadas como a Universidade de São Paulo e a Universidade do Paraná em 1911 e 1912 respectivamente, as mesmas surgiram após a reforma educacional Rivadávia Corrêa de 1911, que adotava em seu texto a desoficialização e a liberdade do ensino, retirando assim da União o poder de monopolização do ensino superior.

Segundo Nagle (1974), somente em 1915 com a Reforma Carlos Maximiliano é que se formaliza de forma concisa e simples o projeto de criação de universidade no Brasil. Assim, com base no art. 6.º do Decreto nº 11.530, de 18 de março de 1915 fica estabelecido que:

O Governo Federal, quando achar oportuno, reunirá em universidade as Escolas Polytechnica e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades Livres de Direito, dispensando-a da taxa de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar.

Dessa maneira, em 1920 é instituída, pelo Presidente Epitácio Pessoa, a Universidade do Rio de Janeiro (URJ), fruto da união de três instituições de caráter profissional, correspondendo, assim, à primeira universidade criada legalmente pelo Governo Federal no Brasil.

Tal instituição resgata os debates sobre a situação do problema universitário no Brasil, que na visão de Fávero (2006, p.22) as questões que se destacam são: “concepção de universidade; funções que deverão caber às universidades brasileiras; autonomia universitária e modelo de universidade a ser adotado no Brasil”. Todas essas questões tornam-se assunto da primeira Conferência Nacional de Educação, que aconteceu no ano 1927 em Curitiba onde foi discutida a inclusão da pesquisa como centro da instituição universitária.

Entretanto, essa visão de instituição não se concretizou em 1920 nem na Universidade do Rio de Janeiro, tampouco na Universidade de Minas Gerais criada em 1927 segundo os moldes da primeira.

Na década de 1930 é criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, que tinha como titular Francisco Campos, que efetuou uma reforma educacional no ensino secundário, superior e comercial, essa reforma tinha o intuito de adaptar o ensino a modernização vivenciada no país. Tanto em termos de formação de elite como na capacitação para o trabalho, assim a educação vai assumir novas formas no campo político e educacional.

Seguindo essa linha Fávero (2006), o Governo Federal efetua o projeto universitário, onde se promulga o Estatuto das Universidades Brasileiras, cria-se o Conselho Nacional de Educação e realiza-se a organização da Universidade do Rio de Janeiro.

O Estatuto das Universidades Brasileiras promove à integração das escolas e das faculdades a nova estrutura universitária, onde as mesmas funcionam de forma a depender da administração superior. Apesar dessa política centralizadora adotada no Governo Provisório, ocorreram iniciativas marcantes para a educação superior como a criação da Universidade de São Paulo (USP), no ano de 1934, que tenha como influência o modelo de universidade desenvolvido na Europa e a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF), no ano de 1935.

A Universidade do Distrito Federal é criada durante a implantação do Estado Novo que manteve uma política centralizadora e autoritária, porém a UDF surge como um novo modelo de universidade com estrutura e método de ensino diferenciados das universidades já existentes no país, pois a mesma tinha como proposta ser um espaço de atividade científica e um ambiente de produção cultural livre e desinteressado (FÁVERO, 2005).

A criação da UDF só foi possível por conta dos esforços de Anísio Teixeira que na época era Secretário de Educação, a mesma foi fundada no Rio de Janeiro capital da República. A UDF se manteve durante um período de quatro anos, porém a mesma foi um marco na história do ensino superior no Brasil, isso graças a seu modelo inovador que propunha a universidade com um espaço autônomo.

Porém, o momento político não propiciava pensar em autonomia universitária. Dessa forma, o Governo Federal se colocava claramente contra a permanência da UDF, em decorrência disso, em 1939 a mesma é extinta e seus cursos foram

transferidos para a Universidade do Brasil (UB), que diferente da UDF era administrada e mantida pela União e em seus dispositivos gerais não há nenhuma referência à autonomia universitária e como resultado disso era proibido tanto aos professores quanto aos alunos qualquer comportamento de cunho político-partidário.

Outro momento importante para o ensino superior nessa época é o surgimento da primeira universidade privada, a Pontifícia Universidade Católica (PUC), em 1940 no Rio de Janeiro, daí em diante se multiplicaram o quantitativo de universidades privadas no país.

Com o fim do Estado Novo em 1945, o país começa a vivenciar uma nova fase da sua história, onde foi repensado o modelo político conhecido como regime autoritário. Nesse contexto, o país passa por um período de redemocratização, isso se dá graças à promulgação da Constituição de 1946 que de acordo com Fávero (2006, p. 27) “se caracterizou, de modo geral, pelo caráter liberal de seus enunciados, como se pode observar no capítulo “Da declaração de direitos” e especialmente no que trata “dos direitos e das garantias individuais””.

No que se refere ao ensino superior o fim do Estado Novo possibilitou a concessão da autonomia administrativa, didática, financeira e disciplinar da Universidade do Brasil (UB), porém essa autonomia não foi implantada.

Sendo assim, no início da década de 1950 na visão de Santos e Cerqueira (2009), começa a ser fomentado no âmbito das universidades algumas iniciativas de luta pela autonomia universitária, porém essas iniciativas só ganharam força na segunda metade dos anos de 1950 a partir do movimento estudantil que buscava além da autonomia uma reforma no sistema educacional.

Salienta-se que essa tomada de consciência e a consistência da luta são ocasionadas pela tramitação do projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, assim professores e estudantes discutem de forma crítica e sistemática a situação das universidades no país.

Com a criação da Universidade de Brasília (UnB), em 1961 esse movimento pela atualização e expansão do ensino superior atinge seu ápice. De acordo com Fávero (2006, p. 29):

A UnB surge não apenas como a mais moderna universidade do país naquele período, mas como um divisor de águas na história das instituições universitárias, quer por suas finalidades, quer por sua organização institucional, como o foram a USP e a UDF nos anos 30.

Nesse contexto, o movimento estudantil através da União Nacional dos Estudantes (UNE), passa a promover vários seminários sobre a Reforma Universitária, através desses seminários fica evidente a oposição dos estudantes contra o caráter arcaico e elitista das universidades.

Assim, a partir de 1962 várias medidas oficiais foram criadas para serem adotadas pelas universidades, dentre elas estão: “o plano de assistência técnica estrangeira, consubstanciado pelos acordos MEC/USAID; o Plano Atcon (1966)² e o Relatório Meira Mattos (1968)” (Fávero, 2006, p. 30).

Dessa maneira, em 1966 o Ministério da Educação (MEC) elabora o documento Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira, no mesmo estão sugestões e recomendações para adequação do ensino superior no país. Além disso, o projeto de Reforma Universitária adota várias das propostas do Plano Atcon são elas:

Defesa dos princípios de autonomia e autoridade; dimensão técnica e administrativa do processo de reestruturação do ensino superior; ênfase nos princípios de eficiência e produtividade; necessidade de reformulação do regime de trabalho docente; criação de centro de estudos básicos (FÁVERO, 2006, p. 31).

Com isso em 1967 uma comissão se reuniu, tendo por objetivo avaliar tais reivindicações, onde, a partir daí, o Governo Federal cria um Grupo de Trabalho para atuar nessa Reforma Universitária que acontecerá apenas em 1968, e é a partir dos relatórios desse grupo que são adotadas uma série de medidas que marcaram de forma significativa a formação das universidades brasileiras, as quais,

²O Plano Atcon, como ficou conhecido, trata-se de documento que resulta de estudo realizado pelo consultor americano Rudolph Atcon, entre junho e setembro de 1965, a convite da Diretoria do Ensino Superior do MEC, preconizando a implantação de nova estrutura administrativa universitária baseada num modelo cujos princípios básicos deveriam ser o rendimento e a eficiência. FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968 (www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28). Acesso em: 02 de novembro de 2014).

independentemente das conquistas que representaram se peculiarizavam por seu caráter conservador.

Nesse contexto, se reconhece a necessidade de haver uma reforma universitária, pois segundo o Grupo de Trabalho as universidades brasileiras não se encontravam em condições de atender as necessidades exigidas pelo processo de desenvolvimento industrial vivenciado pelo país. Assim, o grupo identifica a universidade brasileira como “despreparada para acompanhar o extraordinário progresso da ciência moderna e encontra-se incapaz de satisfazer às solicitações de um mercado de trabalho cada vez mais diferenciado” (RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO 1968 *apud* FÁVERO, 2006, p. 33-34). Diante dos relatórios e dos movimentos de 1966 é que se estabelece uma legislação que cria medidas de reestruturação universitária.

A reforma universitária tinha dentre as suas metas o aumento da eficiência e da produtividade universitária através de um “sistema departamental, o vestibular unificado, o ciclo básico, o sistema de créditos e a matrícula por disciplina, bem como a carreira do magistério e a pós-graduação” (FÁVERO, 2006, p. 34). Dessa maneira, a reforma de 1968 propiciou as instituições públicas uma expansão e uma modernização, pois muitas das medidas educacionais propostas pela reforma foram adotadas em universidades federais e estaduais.

Se por um lado a reforma proporcionou inovações ao ensino superior, por outro podemos notar também o ensino superior atendendo ao sistema capitalista, pois essa reforma não aconteceu apenas para se modificar a parte educacional, mas também para que as instituições de ensino se adequassem as exigências do mercado de trabalho.

Outro ponto relevante no tocante a essa reforma consiste no fato que ocorre no período de ditadura militar (1964 a 1979), que enfraqueceu de forma significativa o movimento estudantil que era visto como um dos principais interessados nas mudanças do sistema educacional em seus vários âmbitos. Sendo assim, o Governo propiciou uma reforma ambígua, onde foram incorporadas mudanças no sistema de ensino, mas ao mesmo tempo houve toda uma modernização das instituições a fim de adequá-las para atender as exigências do mercado.

Santos e Cerqueira (2009), após a Reforma de 1968 houve um crescimento na procura por cursos superiores, porém o setor público ainda não estava preparado para tanto e, diante desse despreparo, o setor privado absorveu boa parte dessa demanda. Contudo, este não estava preocupado com a qualidade do ensino e menos ainda com a pesquisa, aspectos que demonstram, desde então, a privatização do ensino e, concomitantemente, o fortalecimento da esfera privada em detrimento da pública.

Isso contribuiu com a incorporação de uma mentalidade empresarial do ensino superior, pois o setor privado não estava interessado em fornecer um ensino de qualidade e sim com os altos lucros advindos da sua expansão.

Tal expansão na década de 1980 passa por uma desaceleração, em função da crise econômica que atingiu o país, que além de comprometer a inflação aumentou o número de desemprego. Em contrapartida, tanto associações de profissionais como segmentos da sociedade civil passam a questionar e criticar a qualidade do ensino superior oferecido pelo setor privado.

Diante disso entre 1980 e 1985 vai ocorrer uma diminuição na procura por cursos ofertados pelo setor privado e, ao mesmo tempo, um aumento na procura por cursos do setor público, isso vai fazer com que ocorra uma grande competitividade entre os estabelecimentos de ensino privado, em decorrência do número reduzido de candidatos, onde as universidades privadas e os estabelecimentos de grande porte superam as faculdades menores.

Por outro lado, entre 1985 e 1990 houve um aumento significativo de instituições privadas que de acordo com Martins (2009, p. 24):

Ao dispor sobre o princípio da autonomia para as universidades, a Constituição de 1988 possibilitou ao setor privado criar e extinguir cursos na própria sede das instituições e remanejar o número de vagas dos cursos oferecidos, sem se submeter ao controle burocrático de órgãos oficiais.

Porém, essa multiplicação de instituições não foi positiva nem para o ensino superior, nem para quem fazia parte desse setor. Nesse período também ganham

destaque as lutas levantadas pela organização sindical dos docentes universitários no interior das instituições.

Tal organização dá origem a Associação Nacional dos Docentes Universitários (ANDES), que tenha como tema a autonomia e a democratização, através da participação de discentes e docentes na administração da universidade por meio de organismos de representação.

Todo processo vivenciado pelo ensino superior até aqui nos revela uma caminhada complexa e cheia de obstáculos que teve seus momentos de altos e baixos, porém é importante ressaltar que a educação, principalmente no que diz respeito ao ensino superior, nas épocas até aqui apresentadas, peculiarizava-se pelo seu caráter elitizado.

1.2 Configurações da Educação Superior a partir do desmonte provocado pela política neoliberal

A partir da década de 1990, o Brasil passa a vivenciar uma nova ofensiva burguesa, de forma que para acompanhar o capitalismo mundial o Estado passa por uma reforma tanto no cenário socioeconômico como no político-ideológico.

Inserindo-se no país o neoliberalismo sistema político que surge após a Segunda Guerra Mundial nos países capitalistas centrais da Europa e da América do Norte, propõe um Estado mínimo que não se preocupa devidamente com a saúde, educação e previdência social, ou seja, um Estado com práticas privatistas, de controle e com medidas descentralizadoras.

No que se refere à educação superior foi atingido de forma clara por esse modelo de Estado, pois o ensino superior vem sendo esfacelado no decorrer dos anos, isso em decorrência da escassez de recursos, das políticas de incentivo ao setor privado. Tais aspectos contribuem para a criação de instituições de ensino privado e do financiamento dessas instituições através de verbas públicas, transferindo para o setor privado responsabilidades do Estado. Dessa forma:

[...] percebemos que a partir dos anos de 1990 o Ensino Superior começou a passar por bruscas mudanças. Essas mudanças estavam e

ainda continuam vinculadas aos princípios neoliberais que foram implantados, de fato, no Brasil com a primeira eleição direta para Presidência da República (BARROS & LIMA, 2010, p. 4 *apud* VAZ & MARTINS, 2012, p. 7).

O primeiro governo a implantar esse modelo de Estado é Fernando Collor de Melo (1990 a 1992)³, que seguindo os princípios neoliberais colabora para o crescimento do número de instituições privadas e ao mesmo tempo vai haver uma depreciação do ensino superior público, visando com isso reduzir os gastos com o ensino superior e em contrapartida reproduzir a lógica do capital. Assim, de acordo com Minto (2006, p. 215-216), as mudanças adotadas por Collor em termos econômicos foram “abdicação da moeda nacional, a privatização do patrimônio público, acordos da dívida externa e a perda da autonomia nacional no que se refere aos gastos públicos”. Ressalta-se que essas mudanças refletiram sobre todas as políticas públicas.

No governo Collor houve uma valorização das instituições privadas com o intuito de aumentar o acesso de estudantes à universidade, com isso outra modalidade de ensino superior entra em cena a fim de preparar de forma rápida os estudantes para o mercado de trabalho. São os cursos a distância que na visão de Vaz e Martins (2012, p. 7):

A EaD nos cursos superiores no Brasil teve seu fortalecimento com o aumento das tecnologias e o acesso das massas a elas, mas muito além disso, surge estrategicamente com o intuito de formar mão de obra em grande quantidade, geralmente em um menor prazo de tempo, acarretando menos custos.

Esta expansão do ensino superior através das instituições privadas traz consigo um ensino superior que visa à quantidade e não a qualidade, ou seja, mais estudantes passam a ter acesso ao ensino, porém a qualidade deixa a desejar.

³ O Presidente Fernando Collor de Mello foi o primeiro a ser julgado e condenado por Crime de Responsabilidade, sendo, portanto, o primeiro Presidente da República brasileiro a sofrer o processo de impeachment (<http://www2.camara.leg.br>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2015).

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995 a 2002), não se diferencia muito de Collor, pois vai haver a continuidade da valorização do ensino privado, porém o Estado vai se afastar ainda mais de suas responsabilidades devido ao grande número de privatizações deste governo não só na área de educação, mas em todas as áreas de políticas públicas.

No que se refere ao ensino superior o governo de FHC se aproxima ainda mais dos princípios neoliberais principalmente no que se refere a “parceria público-privado e da disseminação de cursos de extensão pagos nas universidades públicas, até a atribuição à iniciativa privada na expansão de vagas” (VAZ & MARTINS, 2012, p. 8).

O ensino superior e a educação de um modo geral foram tratadas no governo de FHC como um projeto econômico, um reflexo disso são as privatizações da educação superior que atraiu para o Brasil franquias internacionais responsáveis pela criação de universidades privadas. Isso com total apoio do governo que facilitou a entrada dessas empresas.

No governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 a 2010), popularmente denominado de governo Lula, vai ser desenvolvida a reforma universitária desencadeada no governo de FHC, esse processo é composto de medidas provisórias e decretos, que visam atender os interesses das empresas privadas em detrimento das reais necessidades da população.

Assim, a reforma universitária incrementada no governo Lula aprovou e encaminhou as seguintes medidas:

A Lei da Inovação Tecnológica; Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAIS)/ Exame Nacional de desempenho (ENADE); Programa universidade para todos (PROUNI); Parcerias Públicas Privadas; Decretos de Fundações; medidas mercantis através do Financiamento Estudantil (FIES), bem como o apoio expressivo a modalidade à distância do ensino superior (VAZ & MARTINS, 2012, p. 9).

Como resultado disso, houve um crescimento do ensino superior à distância entre os anos de 2000 a 2007, com o intuito de aumentar o número de vagas para os estudantes. Além disso, o governo desenvolve um conjunto de mecanismos, amparado

no discurso de inclusão e democratização de acesso ao ensino superior. Dessa forma, há o financiamento de estudantes da rede pública para o ingresso em instituições do setor privado, pois as instituições federais e estaduais não conseguem suprir a demanda de estudantes. Ocorre assim uma diversificação do ensino superior, onde muitas vezes esse ensino não é de qualidade, pois no âmbito privado a preocupação primordial é com o lucro, já no âmbito público se percebe um forte descaso do governo com as instituições, sucateando incansavelmente as mesmas através de um amplo processo de sucateamento e precarização, enaltecendo de forma desmedida o Estado “mini max”, ou seja, mínimo para o social e máximo para o capital.

Compreendemos assim, que tais mecanismos governamentais surgiram com o intuito de atender aos interesses do capital financeiro, porém é passado para a sociedade como algo que propiciará mais oportunidades para os menos favorecidos. Não podemos negar que se ampliou o número de vagas, que mais pessoas tiveram acesso ao ensino superior, porém com qualidade duvidosa.

Enfim, a educação superior passou e está passando por grandes transformações, mas se faz necessário nesse momento políticas que fortaleçam o ensino superior público e de qualidade.

1.3 Formas/modalidades de inserção e permanência na educação superior na contemporaneidade (Enem, cotas, PROUNI e FIES)

Nos últimos anos o ensino superior vem sendo o principal foco da política de educação, tendo em vista que foram criados diversos mecanismos a fim de viabilizar o acesso de “todos” ao ensino superior através do Programa Universidade Para Todos (ProUni), Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior (FIES), sistema de cotas. O processo seletivo para ingresso no ensino superior é de responsabilidade do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem).

O Enem foi criado em 1998, no governo de FHC com o intuito de avaliar anualmente o desempenho dos estudantes do ensino médio em todo o país. Em sua primeira versão o Enem (1998 a 2008), continha 63 questões e não era utilizado para o ingresso em cursos de nível superior, porém com a criação do PROUNI em 2004 alguns

estudantes passaram a utilizar os resultados para ingressarem em cursos superiores nas instituições privadas.

Desde 2009 com a união do vestibular das universidades federais brasileiras, o Enem se transformou no processo de seleção para o ingresso ao ensino superior nas universidades públicas federais de forma que os estudantes podem concorrer por vagas nas universidades do país inteiro através de uma única prova, entretanto muitos discentes não têm condições de sair das suas regiões e se manterem em outras ficando assim na dependência do apoio ao estudante “garantido” pelas instituições.

O Enem torna possível essa concorrência geral, contudo é necessário um grande investimento na assistência estudantil para que, dessa maneira, o discente que passou para outra região tenha condições reais de acesso e acima de tudo de permanência nas universidades.

Outra modalidade de inserção na educação superior são as cotas sociais e raciais, que em agosto de 2012 é sancionada a Lei 12. 711 que em seu texto garante 50% das vagas nas universidades para estudantes que tenham cursado o ensino médio em escolas públicas. Assim essa porcentagem se divide para estudantes oriundos de famílias com renda per capita igual ou inferior a um salário mínimo e meio e para estudantes autodeclarados negros, pardos ou indígenas. Salienta-se que de acordo com o Ministério da Educação (MEC) essa porcentagem deve ser implantada gradualmente a partir da implantação dessa lei as universidades terão quatro anos para chega a oferta total.

Conforme Frias (2012, p. 131), essa divisão nos demonstra o seguinte:

Uma cota social é a reserva de um número de vagas para certos candidatos com o objetivo de garantir a igualdade de oportunidades. Por sua vez, a cota racial é a reserva de vagas para membros de determinada cor, raça ou etnia.

Isso para alguns aparece como uma política de compensação, onde aqueles que não tiveram a oportunidade de cursar um ensino básico de qualidade e, por isso não

têm condições igualitárias para concorrerem com estudantes advindos de escolas privadas.

No tocante as cotas raciais seria uma compensação pelo passado de escravidão vivenciado pelos negros. Essa argumentação é dada pelo advogado e ativista contra o racismo José Roberto Ferreira Militão, em entrevista para o Estadão, o qual demonstra um posicionamento contrário a essas cotas, afirmando que as mesmas se configuram como uma forma de aumentar o preconceito contra aqueles que são pobres e negros, pois para estes as cotas surgem como algo que diminui aqueles que tiveram menos oportunidades. Em contrapartida, para o referido advogado, deveriam ser reduzidas as desigualdades e tornar mais justa a inserção no ensino superior.

Há os que defendem, como o doutor em filosofia Lincoln Frias e o professor de física Fernando Buglia, que no lugar das cotas seria mais interessante o melhoramento do ensino básico, mas, por outro lado, os que defendem o sistema de cotas dizem que só melhorar o ensino básico não seria o suficiente, pois até se chegar há um ensino básico de qualidade muitos seriam prejudicados pelas desigualdades de oportunidades.

Para, além disso, é importante ressaltar que tal desigualdade não existe apenas pelo fato das pessoas serem negras, pardas ou indígenas, mas também por conta da má distribuição de renda, de forma que uma parcela pequena da sociedade dispõe de tudo, enquanto que a grande parte da sociedade não dispõe de nada ou quase nada. Assim, essa desigualdade vai além da condição de raça, entretanto tudo isso é camuflado pelo discurso sobre etnia e raça utilizado pela classe dominante, o qual é fortalecido e reproduzido pela mídia.

Destarte, como se pode evidenciar, o sistema de cotas divide opiniões, onde há aqueles que são contra e aqueles que são a favor, porém, independente das opiniões, compreendemos que as cotas se fazem necessárias enquanto não houver uma educação de qualidade que permita a todos concorrer de forma igual por vagas nas universidades brasileiras, pois, mesmo não sendo justas, as desigualdades existem e por conta disso para se garantir a igualdade de direitos é preciso tratar alguns de maneira diferente.

Deve ser enfatizado que mesmo que a constituição em seu art. 5º fale que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”, essa diferenciação é

necessária devido à desigualdade gerada e reforçada a cada dia pelo sistema capitalista que rege a nossa sociedade.

Entre as diferentes modalidades de inserção ao ensino superior encontramos também o Programa Universidade para Todos (PROUNI), criado em julho de 2004, mas que teve seu texto alterado em janeiro de 2005 no governo Lula. Esta mudança previa que as instituições que participavam do programa deveriam oferecer 10% de vagas gratuitas, porém no Congresso o texto foi modificado e essa porcentagem foi reduzida para 7,5%. Com isso, parte das bolsas passam a cobrir 50% das mensalidades, e não o total.

O PROUNI visa conceder bolsa de estudos integral ou parcial em cursos de nível superior para estudantes em instituições privadas. De acordo com a Lei 11.096 parágrafos 1º e 2º do art. 1º as bolsas são concedidas da seguinte maneira:

A bolsa de estudo integral será concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal *per capita* não exceda o valor de até 1 (um) salário-mínimo e 1/2 (meio). As bolsas de estudo parciais de 50% (cinquenta por cento) ou de 25% (vinte e cinco por cento), cujos critérios de distribuição serão definidos em regulamento pelo Ministério da Educação, serão concedidas a brasileiros não-portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar mensal *per capita* não exceda o valor de até 3 (três) salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação.

Tal programa é perpassado pelo discurso de maior acesso ao ensino superior, mas este só garante o acesso, ou seja, a permanência fica por conta do estudante, que pelo fato de ser oriundo de famílias pobres vai ter duas opções concluir seu curso com muita dificuldade ou desistir. Segundo Vale (2012, p. 76), o número de evasão de estudantes advindos desse programa entre 2005 a 2008 foi de 19,5% e isso se dá justamente pelo descaso do governo no tocante a assistência aos estudantes.

Além do PROUNI no governo de FHC foi criado o programa Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior (FIES), em 2001 destinado à:

[...] concessão de financiamento a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores não gratuitos e com avaliação

positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação, de acordo com regulamentação própria (art. 1 da Lei nº 10.260).

Esse programa também foi criado segundo o discurso de aumentar o acesso ao ensino superior, porém com qualidade extremamente questionável, pois a preocupação de fato é com o mercado, ou seja, com a lucratividade. Assim, vão emergindo as universidades funcionais ao mercado, onde a educação se torna eminentemente mercadológica e o ensino cada vez mais precarizado.

Salienta-se que o sucateamento do ensino se configura como uma estratégia para tornar os cidadãos cada vez mais alienados, desprovidos de consciência crítica para que, dessa forma, não tenha capacidade para compreender as artimanhas ocasionadas pelo modo de produção capitalista que traz consigo uma série de efeitos deletérios.

CAPÍTULO 2 O SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A relação do Serviço Social com a Política de Educação originou-se desde o surgimento da profissão, e vem ao longo dessa história travando luta a fim da consolidação dessa profissão nesse espaço sócio-ocupacional. No tocante ao ensino superior já houve grandes conquistas, entretanto no que se refere à educação básica tem que se avançar. Assim, neste capítulo apresentaremos de forma breve a relação do Serviço Social com a educação, os impactos da reforma do ensino superior no Serviço Social e a atuação do assistente social na assistência estudantil do ensino superior.

2.1 Surgimento do Serviço Social na educação superior

Nas últimas duas décadas a inserção do profissional de Serviço Social na Política de Educação vem sendo requisitada para atender a exigências socioinstitucionais que visam à ampliação do acesso e a permanência da população nas diversas áreas da educação, através de programas governamentais criados a fim de responder as pressões dos sujeitos politizados dentre a sociedade civil. Mas antes de falarmos da inserção do Serviço Social no ensino superior faremos um breve histórico da relação da profissão com o sistema educacional.

De acordo com Piana (2009) o Serviço Social surge no espaço educacional brasileiro no ano de 1946 nos Estados de Pernambuco e no Rio Grande do Sul. A implantação do Serviço Social no Estado do Rio Grande do Sul se deu através da já extinta Secretária de Educação e Cultura, os profissionais realizavam serviços de assistência escolar, de modo que o seu trabalho era de identificar os problemas sociais que causavam danos a vida escolar dos estudantes. Nesse momento os assistentes sociais eram solicitados para interferir nas situações escolares vista como anormalidades sociais. Entretanto, no ano de 1957:

Ocorre em Porto Alegre um Seminário com o tema: “Educação para Adultos e Desenvolvimento de Comunidade”, realizado pela Conferência Internacional de Serviço Social (C.I.S.S.) e a União Católica Internacional de Serviço Social (U.C.I.S.S), refletindo que a intervenção

no espaço educacional seguia a lógica desenvolvimentista voltada à preparação social dos indivíduos a fim de torná-los, segundo suas aptidões, cidadãos produtivos e úteis ao capital (VIEIRA, 1977, p. 178 *apud* PIANA, 2009, p. 184-185).

Essa concepção conservadora e tradicional vai perdurar até a década de 1970, pois o Serviço Social encontrava-se subjugado ao projeto político do Estado, no entanto com o Movimento de Reconceituação, a profissão procura romper com esse caráter conservador e adquire uma identidade crítica, tudo isso se deu principalmente na década de 1980. Diante desse novo contexto, a intervenção do Serviço Social na educação passa a ter uma atuação diferenciada nesse espaço sócio-ocupacional.

Atualmente podemos encontrar assistentes sociais atuando na educação infantil e fundamental junto à população de baixa renda, intervindo nas expressões da questão social que atingem o âmbito escolar, como uso de drogas, violência doméstica, conflitos familiares, tais problemas muitas vezes acabam prejudicando o desempenho escolar, aumento da evasão escolar e retira da criança e do adolescente a perspectiva de um futuro educacional capaz de lhe proporcionar maiores oportunidades.

Com isso, o profissional pode intervir através de encaminhamento de estudantes com dificuldades sociais e econômicas aos serviços sociais e assistenciais existentes. Entretanto ainda é reduzido o número de assistentes sociais junto às escolas de ensino fundamental I e II e ensino médio, porém desde 2007 o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), vem lutando para que os deputados e os senadores aprovem o Projeto de Lei Da Câmara (PLC) 060/2007, que trata da inserção de assistentes sociais e psicólogos nas escolas públicas de educação básica.

Nesse sentido, evidenciamos que a educação não é um espaço de atuação novo para o Serviço Social, mas a cada dia vem crescendo o interesse dos assistentes sociais por essa área de trabalho, e levando em conta as expressões da questão social que vem surgindo no cenário educacional esse profissional se faz necessário para compor a equipe multiprofissional do sistema educacional, mas não como um profissional que exerce ações emergenciais e complementares, mas sim como aquele que pode contribuir para identificar e buscar alternativas para enfrentar tais expressões que interferem na efetivação de uma educação de qualidade.

Já no tocante ao ensino superior os assistentes sociais são chamados a atuar junto às residências, restaurantes universitários e aprovar bolsas de estudos aos estudantes, mas nos dias atuais identificamos que o trabalho desse profissional neste campo vem ganhando um grande significado, pois o apoio aos estudantes se configura como algo extremamente importante para a permanência e desenvolvimento dos discentes na universidade.

Para Silveira (2012), a atuação desse profissional atualmente esta em pauta sobre três dimensões a socioeducativa, a democratização da educação e a articulação da política de educação com as outras políticas sociais.

No que se refere à dimensão socioeducativa, o assistente social trabalha junto à comunidade acadêmica de forma a proporcionar um ambiente reflexivo que contribui para a construção do senso crítico no espaço universitário. Nesse âmbito o profissional pode realizar palestras e eventos socioeducativos como instrumentos técnico-operativos. No eixo democratização da educação o profissional atua como interlocutor de forma a incentivar a participação dos diretórios acadêmicos, conselhos universitários e centros acadêmicos nas áreas e espaços decisórios das instituições e por último a articulação da política de educação com as outras políticas sociais. Neste o assistente social busca desenvolver uma rede socioassistencial com as políticas de saúde e assistência social visando assim o fortalecimento da intersectorialidade entre as políticas sociais.

Outra demanda que cabe aos assistentes sociais é a busca pela viabilização da eficiência dos serviços prestados aos estudantes e o fortalecimento da interdisciplinaridade que é fundamental, tendo visto que o trabalho exercido em todo o sistema educacional deve ser prestado de forma conjunta, ou seja, deve ser exigido o compromisso de todos os profissionais envolvidos na área de educação.

No tocante à política de assistência estudantil no ensino superior, o Serviço Social é um dos principais executores dessa política. Assim, de acordo com Nascimento e Arcoverde (2000, p. 167) “esta dimensão da prática do Assistente Social permite orientar a intervenção profissional no sentido de um exercício crítico, criativo e comprometido com a defesa da garantia dos direitos dos usuários das políticas sociais”, pois tal dimensão oferece ao profissional base para procurar alternativas para enfrentar

os problemas que limitam sua atuação e proporciona ao assistente social um comprometimento com os estudantes/usuários buscando levar em conta os interesses destes, e através disso fazer com que a operacionalização da assistência estudantil seja um processo democrático.

As políticas educacionais estão vivenciando um processo de expansão, principalmente a de assistência estudantil, isso em decorrência da reforma universitária que vem realizando uma série de mudanças no ensino superior brasileiro, porém tal reforma é vista pelos movimentos sociais ligados a educação como uma contrarreforma, pois a mesma vem para atender os interesses da economia vigente e não os interesses dos profissionais e usuários do sistema de educação superior.

Conforme Nascimento e Arcoverde (2000, p. 168):

A “reforma” que vem sendo implementada na universidade brasileira se dá basicamente em quatro eixos: financiamento, avaliação, autonomia universitária e assistência estudantil - o que nos possibilita afirmar o destaque alcançado pelas políticas de democratização do ensino superior no atual contexto.

Com isso, as instituições têm que criar e implementar meios que viabilizem seu desenvolvimento e crie mecanismos que visem a democratização de acesso. Além disso, deve destinar parte de seus recursos para a elaboração de ação afirmativa e de inclusão social.

Outro aspecto que merece nossa atenção analítica diz respeito aos impactos da reforma universitária no Serviço Social, entre estes temos o aumento de cursos de graduação nesta área no âmbito privado com o intuito de responder ao movimento expansionista do ensino superior brasileiro através de cursos rápidos e sem levar em conta o tripé do ensino superior formado pelo ensino, pesquisa e extensão.

Ressaltamos que essa lógica privatista tem o mero escopo de fortalecer o empresariado da área de educação superior, os quais ao tempo em que oferece cursos baratos principalmente na área de Humanas geram altos lucros devido a grande procura, com isso forma-se “técnicos de menor custo, dotados de uma visão instrumental para operar esse ideário no seu próprio terreno, estimulando a sociabilidade fundada nos vínculos sociais do dinheiro e da mercadoria [...]”

(IAMAMOTO, 2000, p. 66). Ou seja, cria-se um profissional aos moldes do capital e para servir ao grande capital, com isso não é interessante o caráter crítico do Serviço Social e é exatamente aí que está outro impacto na profissão, a geração de profissionais totalmente desprovidos de senso crítico acerca do real e de suas múltiplas determinações.

Tais peculiaridades culminam na segmentação da formação profissional, onde de um lado estão àqueles profissionais que defendem uma formação de qualidade apoiada no tripé ensino, pesquisa e extensão e com um teor crítico que é essencial para o profissional desta área e, por outro lado, temos o grande capital aliado à mídia que vem com todo um discurso de novas oportunidades para aqueles que querem “crescer na vida”, oferecendo cursos ligeiros e imediatistas, e é com esse discurso que o sistema capitalista metamorfoseia seus verdadeiros interesses que é a lucratividade através do sistema educacional. E gerando com isso a mercantilização do ensino superior através das instituições que oferecem cursos tanto presenciais como na modalidade de cursos a distância que cresce cada vez mais no nosso país.

Tais aspectos comprometem os princípios das diretrizes curriculares do Serviço Social que nos mostra que o perfil do bacharel em Serviço Social deve ser de um:

Profissional dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de inserção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho (Diretrizes curriculares, 1999, p.01).

Todavia, conforme apontamos no decorrer desta discussão, os profissionais que vêm sendo formados nessa conjuntura eminentemente mercantilizada estão cada vez mais distanciados dos escopos definidos nos princípios das Diretrizes que deveriam fundamentar a formação e, conseqüentemente, o exercício profissional.

2.2 A atuação dos/as Assistentes Sociais na Assistência Estudantil: reflexões gerais

Atualmente encontramos vários mecanismos de acesso ao ensino superior, porém esses mecanismos não são concomitantes a estratégias eficazes e comprometidas com meios de permanência dos discentes no curso escolhido, tendo em vista que nem todos têm condições socioeconômicas para tanto, aspecto o qual culmina na evasão.

Dentre as estratégias para a “viabilização” da permanência dos discentes na educação está a Política de Assistência Estudantil que visa criar, manter e ampliar os programas de assistência aos estudantes. Dentre os profissionais que atuam nessa política está os assistentes sociais.

Antes de adentrarmos na atuação do profissional de Serviço Social na assistência estudantil faremos um breve levantamento histórico da assistência estudantil no Brasil.

As discussões a respeito da assistência estudantil têm a sua origem em 1930, tendo como foco os programas de moradia e alimentação universitária. Esse momento histórico é marcado pelo fato da assistência estudantil passar a integralizar a Constituição Federal de 1934, a partir disso é ofertado aos estudantes carentes auxílios, através de bolsa de estudos, assistência alimentar, médica e material escolar.

Em 1940 a assistência estudantil passa a ter um caráter obrigatório no sentido de atender todas as esferas do ensino, assim a educação passa a ser um direito de todos e a assistência estudantil deveria estar presente em todo o sistema educacional garantindo assim um bom desempenho daqueles estudantes mais necessitados. Dessa forma percebemos que a assistência estudantil, desde daquele período tinha um caráter muito pontual, visto que a mesma não era desenvolvida no sentido de possibilitar condições de permanência dos estudantes, e sim no sentido de garantir a educação para todos os indivíduos. Podemos ver isso no texto “Assistência Estudantil: Algumas considerações” das autoras Prado e Yari (2013, p. 07):

Estava, na maior parte das vezes, relacionada aos direitos dos indivíduos a educação, a organização dos estudantes em centros voltados para sua adaptação e participação no espaço acadêmico. Os benefícios, muitas vezes, conferidos aos alunos não obtiveram um

caráter expressivo que repercutisse de modo positivo na permanência de um número expressivo de jovens nas universidades.

No fim da década de 1970 e durante os anos de 1980, ocorreu o processo de redemocratização do país, dentre os seus acontecimentos temos a promulgação da Constituição Federal de 1988, que tem como determinação a garantia dos direitos fundamentais e a efetivação dos princípios democráticos.

No que diz respeito à educação, a Constituição de 1988 vem garantir direitos como: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Art. 205). Assim a assistência estudantil passa a ser utilizada no sentido de erradicar o analfabetismo, melhorar e universalizar o acesso a educação e gerir condições para a formação profissional.

A partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 e do Plano Nacional de Educação (PNE) em 2001, temos novos mecanismos que vão fortalecer a ideia de igualdade na educação e a busca por uma educação de qualidade para todos a fim de se obter uma redução na desigualdade de acesso e permanência. Destarte, a Política de Assistência Estudantil passa a vivenciar uma nova fase, pois no ano 2000 ganhou um caráter de política governamental. Outro mecanismo importante é a Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) de 2010, que tem como objetivos:

Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (PNAES, art. 2º).

Podemos ver assim que a Política de Assistência Estudantil tem como objetivo criar condições que viabilizem e que garantam o acesso e a permanência dos estudantes, na perspectiva de uma formação de qualidade, de melhorar o desempenho e de diminuir a evasão, porém diante da atual conjuntura neoliberal que vem afetando todas as políticas sociais, percebemos a Assistência Estudantil cada vez mais

fragmentada, precarizada e focalizada ganhando assim um caráter seletivo, de forma que o acesso à permanência se tornou uma “esmola” disputada por muitos, tendo em vista que os programas de assistência estudantil centralizam-se no atendimento dos pobres dos mais pobres.

Segundo Araújo e Bezerra (2007, p. 05), isso se dá “em decorrência do sucateamento da universidade pública, a assistência estudantil vem sendo prejudicada pela não existência de um orçamento específico destinado a sua implementação”.

Dessa forma, a Política de Assistência Estudantil, assim como as demais políticas sociais vêm passando por um processo de assistencialização⁴, e isso se dá pelo fato do Estado passar a intervir por meio de ações focalizadas a fim de dá respostas emergenciais e fragmentadas ao enfrentamento da pobreza. É esse assistencialismo das políticas públicas que vem historicamente sobressaltando a percepção de direito das mesmas.

Sob essa lógica, a Política de Assistência Estudantil não foge a regra e, dessa maneira, passa a dispor apenas de projetos e programas que visam atender as demandas imediatas dos estudantes, fortalecendo cada vez mais o caráter seletivo e fragmentado dessa política, ou seja, a política de assistência estudantil vem sendo implementada através de benefícios fragmentados e seletivos, direcionado a um público exclusivo.

Apesar de todo esse descaso por parte do Estado com as políticas públicas aqui em especial a Política de Assistência Estudantil, vemos por outro lado um conjunto de entidades que lutam por uma política de direito fundamental para a permanência e para uma formação de qualidade dos estudantes. Entidades como o Fórum Nacional de Pró-Reitores e Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), União Nacional dos Estudantes (UNE) entre outras entidades ligadas a educação e os movimentos sociais.

⁴ A expressão assistencialização aponta a precarização de políticas sociais. Termo utilizado na obra Assistência social em debate: direito ou assistencialização de Aldaíza de Oliveira Sposati (2011).

Para além dessas entidades não podemos nos esquecer dos profissionais de Serviço Social, que enquanto profissão esta atrelada ao setor público em especial e o mesmo é chamado a atuar de forma interventivamente nas questões que são pertinentes à sociedade civil a fim de prestar serviços sociais à população.

No que diz respeito à educação esse profissional vai ser solicitado a atuar nessa área em meados de 1940, mas é apenas em 1990 quando há um amadurecimento da profissão que o Serviço Social passa a vivenciar uma nova realidade dentro do espaço educacional. Atualmente podemos verificar o profissional de Serviço Social a frente da Política de Assistência Estudantil.

Sendo assim, o assistente social é um profissional “convocado” pelo Estado para atuar junto à Política de Assistência Estudantil, podemos verificar essa competência na lei 8.662/1993 que regulamenta a profissão no seu art. 4 inciso I “elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares”, apesar de ser um profissional assalariado.

Nesse contexto, o referido profissional tem uma relativa autonomia, a qual por sua vez é definida pelas condições objetivas que peculiarizam o seu trabalho, as quais, por sua vez, podem e devem ser mediadas pelas condições subjetivas relativas à sua formação profissional.

A relativa autonomia dos profissionais que é perpassada por condições objetivas e subjetivas, conforme mencionamos acima é garantida pelo Código de ética da profissão no art. 2 item h do título II o qual preconiza que os/as assistentes sociais devem possuir “ampla autonomia no exercício da profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com suas atribuições, cargos ou funções”.

Com isso apesar do caráter seletivo e fragmentado da Política de Assistência Estudantil, através dessa autonomia o profissional pode conduzir tal política da melhor forma possível buscando viabilizar os direitos dos estudantes do ensino superior.

Outro ponto importante é a defesa da universalidade dos direitos humanos, que deve ser assegurado pelo assistente social, porém vemos isso na Política de Assistência Estudantil como um desafio ao profissional visto que cada dia essa política

tende a ser mais seletiva, assim o profissional se defronta constantemente com a disputa entre seletividade versus universalidade.

Nesse contexto contraditório, o profissional deve trabalhar com o que tem disponível, porém, devido ao seu caráter crítico, não deve se conformar com essa situação, mas sim está sempre realizando uma análise crítica de tal realidade (SANTOS, 2010), ou seja, o profissional não deve assumir uma postura “fatalista”, vendo a realidade como algo dado nada podendo fazer para modificá-la. Cabe-nos sinalizar que, os assistentes sociais também não devem assumir postura “messiânica”, mas necessita de compreender a realidade criticamente, e buscar estratégias mediadoras de intervenção calcadas no projeto ético-político hegemônico da profissão.

Por isso, se faz necessário ao profissional de Serviço Social não perder de vista que a assistência estudantil não pode se restringir a planejar e executar projetos e programas destinados àqueles estudantes considerados “pobres”, mas deve também estar sempre atento ao caráter de atendimento universal que essa política deve ter.

Após nossa reflexão a respeito da Política de Assistência Estudantil nos voltaremos, de forma específica, à assistência estudantil na Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras, instituição em que realizamos o nosso estágio curricular supervisionado.

2.2.1 A atuação dos assistentes sociais na UFCG campus de Cajazeiras/PB: reflexões específicas

Depois dessa nossa reflexão a respeito da Política de Assistência Estudantil nos voltaremos agora à assistência estudantil na Universidade Federal de Campina Grande, campus Cajazeiras.

A Política de Assistência Estudantil da UFCG, Campus Cajazeiras está vinculada a Pró-reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC), porém o campus tem autonomia para conduzir da melhor forma essa política. A assistência estudantil é de responsabilidade do setor de Serviço Social que atualmente conta com quatro programas: Residência e Restaurante Universitário, Programa de Auxílio à Graduação (REUNI) e Bolsa Permanência, os quais passaremos a discutir a seguir.

O programa restaurante universitário é regulamentado pelo decreto 7234 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil e a portaria nº 04 de 2003 da UFCG. Ocorre seleção para este todo semestre e para serem beneficiados os estudantes deve atender a um número de critérios. São requisitos para a admissão: ser matriculado no mínimo em 15 créditos, ser proveniente de outra cidade, não possuir graduação e ter renda per capita inferior a um salário mínimo e meio.

O programa residência universitária tem como objetivo acolher estudantes universitários em situação de vulnerabilidade social, não domiciliados em Cajazeiras, não graduados e com renda per capita inferior a um salário mínimo e meio. O programa é regulamentado pelo decreto 7234/2010 e pela portaria da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC) nº 01/2007.

Já o Programa de Auxílio à Graduação (REUNI) – presta assistência financeira aos discentes, é regulamentado pelo decreto 7.234 e pela portaria 80/2008 da UFCG. Este tem como objetivo possibilitar aos discentes um melhor aproveitamento e a conclusão de seus cursos em tempo regular. Os recursos destinados para a manutenção deste programa são oriundos do Programa de Apoio a Planos de Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), por isso adota-se a sigla REUNI.

O programa Bolsa Permanência foi criado a partir da portaria 389/2013/MEC, o mesmo também se configura como uma assistência financeira, porém se difere do REUNI pelo fato de ser destinado a estudantes de cursos de graduação com carga horária média superior ou igual há cinco horas diárias, além da renda per capita familiar. Assim, na UFCG campus Cajazeiras, o único curso que atende a esse critério é o curso de Medicina, além disso, esse programa atende também os discentes de origem indígena ou quilombola independente do curso.

Ressaltamos que cada um dos programas acima referidos tem suas particularidades e critérios, os quais reforçam o caráter seletivo assumido pelos programas da Política de Assistência Estudantil, porém apesar desses critérios os programas não conseguem atingir o número de estudantes que necessitam dos mesmos, pois o número de vagas não é suficiente em relação ao número de estudantes que corresponde ao perfil exigido pelos mesmos.

Porém, apesar dessa e de outras dificuldades para a efetivação dos direitos dos estudantes no âmbito do ensino superior na UFCG – Cajazeiras vemos a Política de Assistência Estudantil com um mecanismo importante para a viabilização do acesso e da permanência dos estudantes ao ensino superior.

Em relação ao profissional de Serviço Social na implantação de tal política na UFCG – Cajazeiras, a mesma trabalha com a realização de seleções através de análise documental, entrevistas, visitas, acompanhamento do rendimento acadêmico dos usuários dos programas para a sua manutenção, registros e pareceres.

Apesar do caráter seletivo adquirido pela Política de Assistência Estudantil, o profissional deve orientar os discentes/usuários tendo em vista que o art. 4 inciso V do Código de Ética diz que o profissional deve “orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos”. Ou seja, o profissional deve orientar e esclarecer os direitos que nesse caso os estudantes têm e quais os meios pelos quais eles podem ter acesso a esses serviços.

Na perspectiva de esclarecer os discentes com relação aos seus direitos, tendo em vista que muitos deles ainda não os conhecem, durante a realização do nosso estágio curricular supervisionado, elaboramos uma cartilha esclarecedora, a qual consta nos apêndices deste trabalho.

Assim, o assistente social deve pautar sua atuação não só na área da assistência estudantil, mas em todos os âmbitos de atuação em concordância com os princípios que regem o Código de ética da profissão, onde se deve buscar viabilizar os direitos dos estudantes, procurando novas possibilidades de enfrentamento aos obstáculos – que são postos pela instituição devido à sua burocratização – advindas das particularidades da política neoliberal.

Destarte, a Política de Assistência Estudantil, apesar do seu caráter seletivo, que muitas vezes exclui aqueles que estão dentro do perfil exigido pelos programas da assistência, se configura como um importante mecanismo para a efetivação dos direitos dos estudantes, na medida em que busca a promoção da igualdade de oportunidades e condições objetivas para o acesso e a permanência dos estudantes no âmbito universitário. Porém, não podemos esquecer que essa política deve ser universal,

assim ainda se faz necessário travar muitas lutas a fim de efetivar esse direito a todos os discentes, independentemente da condição social e econômica dos mesmos.

CAPÍTULO 3 DESVELANDO A PESQUISA

Neste terceiro capítulo estaremos analisando os dados obtidos na pesquisa realizada com os/as estudantes residentes da Universidade Federal de Campina Grande - Campus Cajazeiras e apresentaremos o percurso metodológico da pesquisa.

3.1 Percurso metodológico da pesquisa

Entendemos a pesquisa científica como um processo em que se faz necessário conhecer a singularidade, a particularidade e a universalidade a fim de se apropriar do conhecimento em sua totalidade, pois “[...] ao fazer tal percurso, os investigadores aceitam os critérios da historicidade, da colaboração e, sobretudo, imbuem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado, é construído” (MINAYO, 2012, p. 13). Assim, percebemos que o método estudo de caso seria o mais apropriado tendo em vista que este busca compreender as particularidades e as complexidades de um caso singular, a fim de se verificar a sua importância dentro de determinadas circunstâncias.

Cientes desse percurso metodológico a pesquisa foi do tipo qualitativa, onde Minayo (2012) pontua que esse tipo de pesquisa trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e atitudes e que este conjunto de fenômenos humanos é entendido como parte da realidade social e terá o caráter exploratório que segundo Gil (1991, p. 21):

A pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Envolve levantamento bibliográfico; entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Dessa forma, o nosso percurso metodológico se deu inicialmente através do levantamento bibliográfico sobre a temática em questão principalmente no que diz respeito às categorias Educação Superior, Assistência Estudantil e o Serviço Social.

Destarte, os sujeitos da pesquisa foram os/as discentes residentes na Residência Universitária da UFCG, campus de Cajazeiras/PB. No momento, residem lá 100 (cem) estudantes, porém a amostra foi de 10 (dez) estudantes, correspondendo a 10% (dez por cento) da totalidade. Na perspectiva de identificarmos a compreensão dos/as residentes, entrevistamos discentes do sexo feminino e masculino, sendo cinco do gênero masculino e cinco do gênero feminino, porém, apenas nove responderam o questionário da pesquisa. Para tanto, a nossa amostra foi do tipo aleatória não probabilística do tipo acidental.

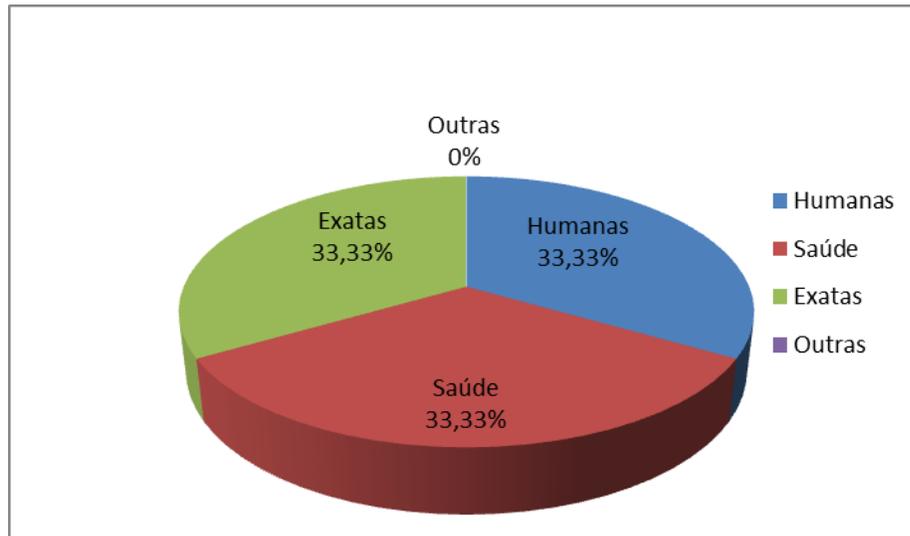
A coleta de dados se deu através da aplicação de um questionário semi-estruturado a respeito de fatores (moradia e alimentação) que envolvem os/as estudantes que utilizam os programas da assistência estudantil, a fim de verificarmos se ocorreu mudanças na mesma durante o período anterior e posterior ao ano de 2013, no que se refere aos programas de residência e restaurante universitário.

É importante salientarmos que estamos trabalhando com uma realidade dinâmica e contraditória, assim por mais elaborada que seja a pesquisa temos que vê-la como um conhecimento temporário e aproximado, pois segundo Marx “[...] não se pode conceber o mundo como um conjunto de coisas acabadas, mas como um conjunto de processos” (Marx-Engels, 1963, v.3, p. 195 *apud* NETTO, 2011, p. 31). Ou seja, o fazer científico sobre uma dada realidade está apto a mudanças, tendo em vista que a realidade é contraditória e dinâmica, sujeita a alterações que podem ocorrer de diferentes formas.

Nesse sentido, utilizamos o método estudo de caso para compreendermos e analisarmos a realidade em que os sujeitos sociais da pesquisa estão inseridos, procurando considerarmos as particularidades e singularidades que envolvem a dinâmica do real, sem perdermos de vista a totalidade que perpassa e peculiariza o contexto, conforme poderemos identificar a partir da análise dos dados que passará a ser apresentada na página a seguir.

3.2 Perfil dos sujeitos da pesquisa

Gráfico 1 - Áreas de concentração dos cursos que os/as discentes fazem na UFCG, campus Cajazeiras/PB



FONTE: Primária. Pesquisa realizada com discentes da UFCG.

A partir dos dados coletados, compreendemos que os/as discentes entrevistados estão inseridos em três áreas do conhecimento, quais sejam: Humanas, Exatas e Saúde. No tocante ao gênero, cinco dos nove entrevistados/as são do sexo feminino e quatro do sexo masculino, cabe salientar que foram escolhidos cinco meninos e cinco meninas, porém um dos meninos não entregou seu questionário.

Os/as estudantes advêm de outras cidades tais como: Fortaleza-Ce, Luiz Gomes-RN, Conceição-PB, Sítio Baixio dos Gilos-PB, Igaracy-PB, São José de Piranhas-PB e São João do Rio do Peixe. O fato dos/as discentes advirem de outras cidades gera mais despesas fazendo assim com que estes necessitem ainda mais dos programas da assistência estudantil. Os/as entrevistados/as ingressaram na instituição UFCG - Cajazeiras no período entre 2010 e 2012, sendo que 100% destes não possuem nenhuma outra graduação. Já o ano de ingresso na Residência Universitária nesta instituição varia entre o ano de 2010 e 2013.

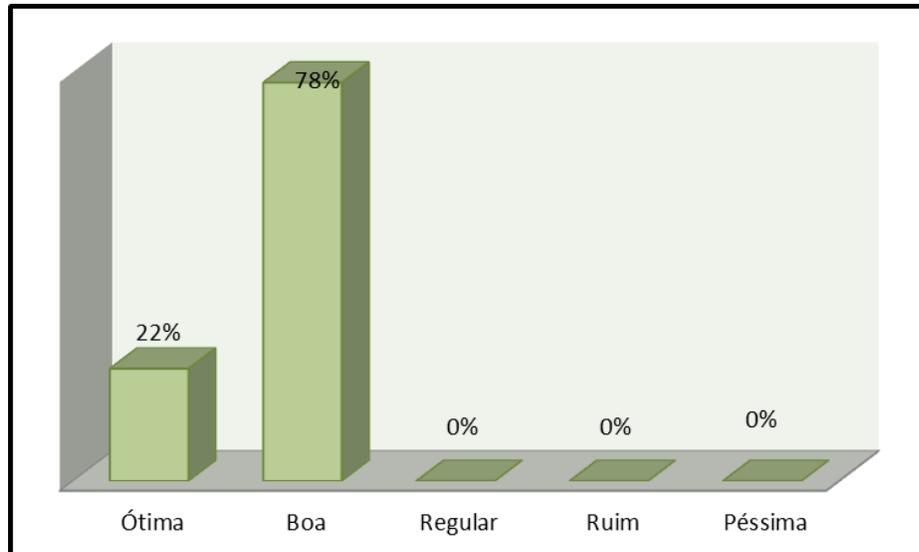
3.3 Concepção dos/as entrevistados/as sobre a Assistência Estudantil

O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem por finalidade expandir as condições que visam à permanência dos jovens brasileiros na educação superior pública. Com isso se busca a redução das desigualdades socioeconômicas existentes no cenário universitário. Para se atingir tal finalidade não é suficiente apenas o acesso ao ensino superior gratuito, mas também a criação de mecanismos que viabilizem a permanência e a conclusão dos respectivos cursos.

Assim o apoio aos estudantes através da Política de Assistência Estudantil vem a cada dia se tornando um importante mecanismo que visa à permanência dos discentes nas universidades, desta maneira os esforços das diversas entidades engajadas na luta por uma Educação de qualidade e um direito social tornam-se intensos em relação à efetivação dessa política. Entidades como Fórum Nacional de Pró-Reitores e Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), União Nacional dos Estudantes (UNE) e vários segmentos dos movimentos sociais.

Através dos/as estudantes entrevistados/as podemos identificar como se encontra a assistência estudantil da UFCG - campus Cajazeiras, de acordo com as avaliações dos/as mesmos no gráfico exposto na próxima página.

Gráfico 2 - Classificação da Assistência Estudantil de acordo com os sujeitos da pesquisa



FONTE: Primária. Pesquisa realizada com discentes da UFCG.

Tendo em vista a influência da Política de Assistência Estudantil no ensino superior público, muitas lutas ainda devem ser travadas com o intuito de melhorar esta política, pois a mesma vem sendo prejudicada por conta do processo de privatização comandado por organizações internacionais e pelos impactos advindos das políticas neoliberais que “[...] têm como meta transformar estas universidades públicas em centros produtores de saber para o atendimento das demandas do mercado” (ROCHA, 2003, p. 38 *apud* ARAÚJO & BEZERRA, 2007, p. 5-6).

Diante do exposto, o assistente social torna-se o profissional indicado a conduzir tal política isso em decorrência do caráter sociopolítico, crítico e interventivo da profissão que exige uma gama de conhecimentos que permite uma intervenção que “caminha, entre outras instâncias, desde as manifestações de violação de direitos, até os mais diversos tipos de desigualdade presentes na sociedade” (ARAÚJO & BEZERRA, 2007, p. 21).

Observando a partir desta perspectiva que a profissão está inserida no contexto da sociedade, exige-se do/a assistente social que ele/ela esteja preparado para enfrentar às novas peculiaridades que estão surgindo no cenário educacional. Ou seja,

tanto um olhar macrossocial, como também um olhar individual a depender do ponto em questão.

De acordo com os/as discentes entrevistados/as, a presença do assistente social é necessária na assistência estudantil de modo que 100% reconheceram a importância desse profissional neste espaço sócio ocupacional. Podemos verificar isso a partir das entrevistas a seguir:

Um maior acompanhamento do assistente social que desenvolve um bom trabalho com todos (E – 1).

A assistência estudantil está sendo realizada de forma satisfatória, pois sempre que precisamos a assistente social está pronta para nos ouvir e ajudar, não há impasses (E – 5).

Quando entrei na Residência não havia a assistente social, sendo assim a comunicação era mais complicada, depois que passou a ter uma assistente social a ligação residência e apoio estudantil melhorou bastante (E – 8).

Cabe ressaltar que os/as assistentes sociais para o desenvolvimento de suas atribuições e competências, necessitam buscar suporte no Projeto ético político da profissão, pois é através dele que estes profissionais buscam efetivar os direitos da população usuária. Salientamos ainda, que na perspectiva de enfatizar a intervenção de modo específico na área da educação, o conjunto CFESS – CRESS construiu no ano de 2013, com um documento intitulado “Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação”.

Dessa forma, os/as assistentes sociais no âmbito do ensino superior atuam na realização de ações que permitam aos discentes ter direito ao acesso e a permanência nas universidades. Portanto, a atuação destes/as profissionais na assistência estudantil não se restringe ao âmbito estudantil, mas também atua junto aos familiares, aos professores e gestores a fim de buscar um ensino de qualidade dentro da instituição de trabalho, por meio da articulação entre os sujeitos envolvidos nessa área.

Com isso percebemos que a atuação dos/as assistentes sociais na assistência estudantil não se limita a realizar seleções e acompanhamentos de programas e

concessões de bolsas, vai, além disso, tendo em vista que o Serviço Social é uma profissão de caráter crítico interventivo.

Cabe-nos destacar que os/as referidos/as profissionais, diante de todo arcabouço recebido durante a graduação, busca intervir a partir da perspectiva de direitos os quais devem ser assegurados pelo Estado, contrariando, assim, a lógica assistencialista que o próprio aparelho de Estado acaba tentando repassar para a sociedade, aspecto que foi evidenciado durante a pesquisa, conforme podemos identificar na respectiva entrevista: “O residente tem que devolver esse investimento que a sociedade investe nele com moradia e alimentação. é o que se espera que saiam daqui profissionais capazes de retribuir o que lhes foi oferecido (E – 1).”

No âmbito da nossa pesquisa, os/as estudantes entrevistados/as quando perguntados se tinham conhecimento sobre as atribuições dos/as assistentes sociais, obtivemos os seguintes dados 89% responderam ter conhecimento e apenas 11% responderam não ter conhecimento.

3.4 Sugestões dos/as discentes para o melhoramento da Assistência Estudantil

É interessante notar que 22% dos/as entrevistados/as, enfatizaram, enquanto proposta, a presença de uma psicóloga e um maior incentivo a eventos culturais e esportivos, este último para possibilitar uma maior integração entre os/as discentes.

A Política Nacional de Assistência Estudantil em seu art. 3 parágrafo 1 dispõe sobre as ações da assistência estudantil e em que áreas a mesmas devem ser desenvolvidas no inciso VI e VII temos a cultura e o esporte respectivamente.

Analisamos também que 66,67% dos/as estudantes entrevistados/as consideram o/a assistente social como aquele/a que fiscaliza os/as usuários/as: “A assistente frequentemente poderia visitar a residência e assim visualizar de forma própria determinados casos” (E – 4). Podemos notar que os/as usuários veem os/as profissionais do Serviço Social como aquele que está a serviço do Estado, de maneira a fiscalizar quem está cumprindo os critérios de permanência, ou seja, a partir de uma perspectiva controlista e policialesca.

Para melhor desenvolverem seu trabalho os/as assistentes sociais contam com um conjunto de técnicas e instrumentos que na visão de Santos (2010, p. 83) “Aplicar os meios requer conhecer os instrumentos, ter habilidades para utilizá-los, capacidade para criá-los e escolher os mais adequados às finalidades postas”. Assim é importante frisarmos que os instrumentos não se limitam a um conjunto de técnicas, mas abrange também o conhecimento como meio de trabalho, assim os conhecimentos e as habilidades advindos da formação profissional constituem seus meios de trabalho. Tais dispositivos permitem a operacionalização da ação profissional.

No espaço sócio ocupacional em que foi desenvolvida a nossa pesquisa o/a profissional utiliza com mais frequência os seguintes instrumentos e técnicas: análise documental, entrevistas e visitas domiciliares estes para as seleções dos programas.

No que se refere ao acompanhamento acadêmico, que é um procedimento que analisa o rendimento dos/as estudantes, no caso de atendimento que se dá com aqueles/as discentes que não estão tendo desempenho satisfatório, são feitos relatório e parecer social respectivamente. Esse acompanhamento é feito ao final de cada período apenas pela assistente social, pois na UFCG-campus Cajazeiras não tem em seu quadro de funcionários uma psicóloga. Ressalta-se que a UFCG, campus de Sousa, também não conta com uma/a profissional de psicologia na assistência estudantil.

Através da análise documental o/a assistente social tem um primeiro contato com o/a usuário/a, por meio deste ele/ela passa a conhecer a composição familiar, de onde vem esse estudante e suas condições sócio econômicas.

Já na entrevista, o profissional tem um contato direto, e é através deste que são feitos os registros das informações. Por meio da entrevista, é realizado o diagnóstico social.

De acordo com Lewgoy e Silveira (2007, p. 3): “É na entrevista que uma ou mais pessoas podem estabelecer uma relação profissional, quanto quem entrevista e o que é entrevistado saem transformados através do intercâmbio de informações”.

No tocante a visita domiciliar que é realizada às famílias dos/as estudantes que estão pleiteando uma vaga na residência universitária, esta deve ser previamente planejada. Na concepção de Amaro (2003, p. 13):

[...] prática profissional, investigativa ou de atendimento, realizada por um ou mais profissionais, junto aos indivíduos em seu próprio meio social ou familiar, [...] como intervenção, reúne pelo menos três técnicas para desenvolver: a observação, a entrevista e a história ou relato oral.

Os relatórios são um instrumento bastante utilizado pelos profissionais do Serviço Social, visto que estes ajudam na hora de tomar decisões, pois os mesmos se configuram como documentos que reúnem um conjunto de informações a partir de observações, fatos e investigações.

O parecer social é o momento em que o profissional se posiciona a respeito de uma determinada realidade que foi anteriormente observada e analisada. Segundo Soares (2007, p. 52), o parecer social “é o posicionamento do profissional perante determinada realidade”. Com o escopo de deferir ou indeferir, a partir da realidade identificada diante da visita domiciliar, se a demanda apresentada pelos/as discentes tem critérios/perfil para o seu atendimento, pois, sabe-se, infelizmente, que diante das restrições das políticas públicas, se faz necessário fazer a seletividade das demandas.

3.5 Mudanças identificadas na Assistência Estudantil da UFCG – campus Cajazeiras a partir das falas dos/as estudantes entrevistados/as

Durante a realização da pesquisa, identificamos que o processo de seleção para a residência universitária passou por mudanças tendo em vista que 100% dos/as discentes entrevistados/as só foram submetidos à análise documental e entrevista, ou seja, o processo de seleção para a residência universitária era composto por duas etapas apenas que eram a análise documental e a entrevista. Estes ao serem indagados sobre a forma de seleção existente atualmente que além das duas etapas citadas acima, conta também com visitas domiciliares, fizeram os seguintes comentários:

Acho que é um processo que muitas vezes é injusto com alguns que pleiteiam a vaga de certa forma tem pessoas que realmente precisa e acaba sendo excluído e alguns que não precisa consegue (E – 2).

Eu acho necessário e de extrema importância, pois a seleção é indispensável para escolher aqueles estudantes que mais necessitam da residência universitária. Portanto, se não houvesse o processo de seleção, seria então um benefício injusto, sem critérios de seleção (E – 9).

É de grande importância e os critérios da seleção são de grande valia para só assim escolher o aluno com perfil de residente (E – 5).

Evidenciamos, diante do exposto, que o assistencialismo que assola as políticas sociais e que transforma aquilo que é uma política e um direito de todos, em favor, vem sendo introjetado pelas pessoas. No caso específico da assistência estudantil, que é peculiarizada por programas de caráter emergenciais e focalizados, disputados por aqueles/as estudantes mais carentes, o problema se torna ainda maior quando analisamos as falas dos/as estudantes que são usuários/as desses programas, pois notamos que o discurso produzido pelo Estado e pelo sistema capitalista já está sendo reproduzido pelos/as discentes.

Para Leite (2012), é justamente isso que deve ser combatido dentro da Política de Assistência Estudantil, pois esta não deve limitar sua preocupação em apenas criar e executar mecanismos para aqueles vistos com mais pobres, ou seja, esta deve se preocupar em combater o caráter seletivo e defender uma política de cunho universal que atenda a todos/as os/as estudantes.

Outro aspecto que devemos considerar é a presença marcante do individualismo, tendo em vista que quando se abre espaço para os/as estudantes darem sugestões estes levam em conta apenas o seu curso, o atendimento que lhe é oferecido, ou seja, 33,33% dos/as entrevistados/as não sugere melhorias que atendam a coletividade.

Tal pensamento é reforçado pelo sistema capitalista que prega uma ideologia em que os homens são adversários e que cada um deve busca maneiras de melhorarem suas condições de vida de forma individual. Na visão de Lessa e Tonet (2011, p.83) “Essa essência da sociedade capitalista faz com que a vida cotidiana seja marcada pela disputa, e não pela cooperação, entre os indivíduos”.

Por outro lado, observamos que 66,67% dos/as estudantes entrevistados/as estão empenhados em buscar algo que melhore o atendimento aos estudantes e que pensam de forma coletiva:

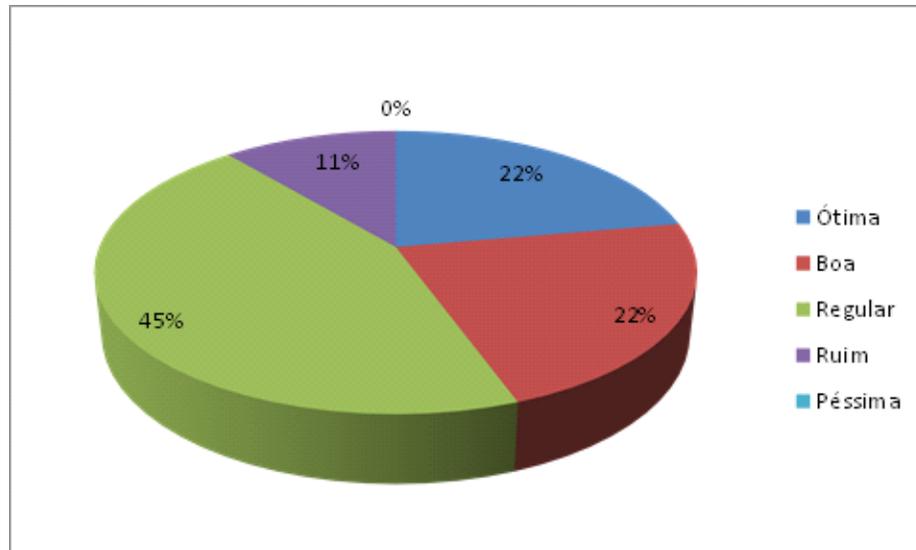
O RU deveria ter seu espaço ampliado e aumento da demanda de vagas (E – 3).

O restaurante deveria ser ampliado para atender o maior número de alunos e deveria haver a presença de um nutricionista (E – 8).

Outro ponto da nossa pesquisa foi saber através dos/as nossos/as entrevistados/as sobre o atendimento e funcionamento do restaurante universitário da UFCG-Cajazeiras.

O programa restaurante universitário tem como objetivo oferecer uma alimentação balanceada e de qualidade aos estudantes, assim este deve se constituir como um instrumento que visa atender uma das necessidades básicas e um espaço de convivência universitária. Segundo o FONAPRACE (2007) para se garantir um atendimento de qualidade se faz necessário criar e ampliar os programas que viabilizam a alimentação para os/as discentes, tendo em vista que este programa e os demais da assistência estudantil são fundamentais para se garantir a permanência dos/as estudantes, pois o restaurante universitário permite a otimização do tempo da vida acadêmica, além disso, colabora para um melhor desempenho.

Gráfico 3 - Opinião dos/as discentes sobre a alimentação do Restaurante Universitário da UFCG – campus Cajazeiras/PB



FONTE: Primária. Pesquisa realizada com discentes da UFCG.

Através das respostas dos/as estudantes entrevistados/as, percebemos que a alimentação fornecida para os/as discentes não está agradando, pelo fato desta ser gordurosa e não passar, de acordo com os/as discentes, por um/uma profissional de nutrição. “Alimentação, na minha opinião deveria haver mudanças no cardápio e também o acompanhamento de uma nutricionista, pois têm alguns itens no cardápio (ou no modo de preparo) que não oferecem uma alimentação saudável ao aluno (E – 5)”. Tal insatisfação expressa-se por soma-se 45% regular com 11% ruim: 56%.

Em termos de atendimento os/as entrevistados/as consideram que, de um modo geral, ou seja, 78% está ótimo, 11% bom e 11% ruim. Todavia, os discentes foram indagados/as sobre as sugestões para a melhoria do RU, momento em que foram identificados os seguintes aspectos: 32% sugeriram a ampliação do espaço físico, 21% solicitaram mudanças no cardápio, 16% solicitaram uma nutricionista, 16% sugeriram que seja servido café da manhã para os residentes, 5% aumento do número de vagas, 5% cozinheira para a residência e 5% sugeriram que o restaurante funcione no final de semana.

O programa restaurante universitário, assim como os outros programas da assistência estudantil, deve ser defendido por todos/as que compõem o sistema educacional do ensino superior, tendo em vista que estes funcionam como importantes

mecanismos de permanência para os/as estudantes no ensino. Na verdade, trata-se de uma luta que deve ser perseguida por toda a sociedade, pois qualquer pessoa pode se tornar usuária real ou em potencial da assistência estudantil, sobretudo, na atual forma como a inserção nas universidades vem se dando, onde os/as candidatos ao ENEM sabem que vão fazer o processo seletivo, mas, ao mesmo tempo, não tem noção de onde (localidade e instituição) em que possam estudar.

Nesse sentido, indubitavelmente acreditamos que ainda é preciso se travar muitas lutas, a fim de tornar a Política de Assistência Estudantil um direito de todos/as os/as estudantes e não uma esmola disputada pelos/as discentes mais pobres, afinal a educação é um direito constitucional e, como tal, deve ser assegurado a todos/as.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aqui apresentada foi reveladora de que apenas parte dos/as discentes compreendem de fato as atribuições do/a assistente social na assistência estudantil visto que propõem melhorias em termos de alimentação, esporte, moradia e cultura, itens que constituem o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Por outro lado, existem aqueles/as que concebem a atuação desse profissional de forma equivocada, atribuindo-lhe um caráter policialesco, fiscalizador e punitivo, aspectos que indubitavelmente não procedem.

Em face a isso, acreditamos que é preciso trabalhar junto aos estudantes essa concepção mais isto não é tarefa apenas do assistente social, mas de todos os profissionais que compõem o sistema educacional.

Outro aspecto que despertou a nossa análise na pesquisa foi o fato de os/as residentes, em sua grande maioria, identificarem a assistência estudantil como um favor praticado pelo governo federal, como se isso não se configurasse como um direito assegurado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o qual, por sua vez, deve ser assegurado pelo Estado, inclusive em melhores níveis de qualidade e quantidade do que vem sendo ofertado na atualidade, onde vivenciamos um contexto intenso de restrições, sucateamento, focalização, privatização e precarização em decorrência da política neoliberal.

Contudo, os/as residentes não demonstraram compreensão sobre esse contexto de restrições, apresentando uma certa alienação no tocante a realidade conjuntural a nível micro e macro social em que estão inseridos/as.

No entanto, não culpabilizamos os/as residentes, até por que não é ético tal postura, por não terem apresentado essa perspectiva crítica, pois, na verdade, compreendemos que o fato de não fazerem tal análise se trata de uma questão que não deve ser considerada de forma isolada, mas como decorrente de contexto bem mais amplo, onde a sociedade não é incentivada a refletir e, tampouco, a se posicionar criticamente acerca das estratégias manipuladoras do Estado.

Ressaltamos ainda, que o presente estudo evidenciou a premente necessidade de maiores discussões sobre a atuação dos/as assistentes sociais na assistência

estudantil. A escassez dessa literatura contribui para intensificar o desconhecimento acerca das atribuições deste profissional no espaço sócio-ocupacional aqui discutido.

Em suma, acreditamos que as análises aqui realizadas possam contribuir, de alguma forma, para apresentar uma realidade vigente e, a partir daí, suscitar novas reflexões e interesse em estudar o assunto.

6 REFERÊNCIAS

AMARO, Sarita. **Visita Domiciliar: Guia para uma abordagem complexa**. Porto Alegre: AGE, 2003.

ARAÚJO, Fabricia Silva de; BEZERRA, Juliane Cristina Bispo. **Tendências da política de assistência ao estudante no contexto da reforma universitária brasileira**. São Luís, MA: III Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2007.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado**; Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, (organizador). – São Paulo: Cortez, 2012.

BRASIL, **Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior – FIES**. LEI Nº 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260. Acesso em: 24 de novembro de 2014.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2008.

BRASIL. **Lei de cotas socioeconômicas**. LEI Nº 12.711, DE 29 DE AGOSTO DE 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 24 de novembro de 2014.

BRASIL. **Lei de regulamentação da profissão dos Assistentes Sociais**. DECRETO Nº 8662, DE 07 DE JUNHO DE 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8662.htm. Acesso em: 20 de novembro de 2014.

BRASIL. **Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES**. DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm. Acesso em: 25 de novembro de 2014.

BRASIL. **Programa Universidade para Todos – PROUNI**. LEI Nº 11.096, DE 13 DE JANEIRO DE 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/L11096. Acesso em: 24 de novembro de 2014.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a Atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br>. Acesso em: 11 de novembro de 2014.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n28/a03n28>. Acesso em: 02 de novembro de 2014.

FONAPRACE. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Proposta do FONAPRACE, Belém, PA, 2007.

FRIAS, Lincoln. **As cotas raciais e sociais em universidades públicas são injustas?** Disponível em: <http://direitoestadosociedade.jur.puc-rio.br/media/7artigo4>. Acesso em: 22 de novembro de 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

Governo Federal. MEC/SESu/COESP/CEESS. **Diretrizes curriculares. Curso Serviço Social**. Brasília, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Reforma do Ensino Superior e Serviço Social**. Revista Temporalis, n° 1. Brasília, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2008.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista, SILVEIRA, Esalva Carvalho. **A entrevista no processo de trabalho do Assistente Social**. Revista Virtual Textos & Contextos. N.º 8. Ano VI. Dezembro, 2007.

MARTINS, Carlos Benedito. **A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil**. Campinas, SP: Revista Educação e Sociedade, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MINTO, L. W. **As reformas do ensino superior no Brasil: o público e o privado em questão**. Campinas – SP: Autores Associados, 2006.

NAGLE, Jorge. **Educação e sociedade na Primeira República**. São Paulo, EPU; Rio de Janeiro, Fundação Nacional de Material Escolar, 1974, 1976 reimpressão.

NASCIMENTO, Clara Martins do; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. **O Serviço Social: reflexões acerca da dimensão política-pedagógica da profissão**. Disponível em: <http://www.arcus-ufpe.com/files/artgfonapraxe.pdf>. Acesso em: 19 de dezembro de 2014.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx** – São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PIANA, Maria Cristina. **Serviço social e educação: olhares que se entrecruzam**. Franca, SP: Serviço Social & Realidade, 2009.

PRADO, Alexandra Pires do; YARI, Jiyen. **Assistência Estudantil: Algumas considerações.** Santa Catarina, RS: XIII Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária nas Américas, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114811>. Acesso em: 15 de novembro de 2014.

RAMOS, Fábio Pestana. **História e política do ensino superior no Brasil: algumas considerações sobre o fomento, normas e legislação.** Disponível em: <http://fabiopestanaramos.blogspot.com.br/2011/03/historia-e-politica-do-ensino-superior.html>. Acesso em: 30 de outubro de 2014.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da educação brasileira: a organização escolar.** 12. ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

SANTOS, Adilson Pereira dos; CERQUEIRA, Eustáquio Amazonas de. **Ensino superior: trajetória histórica e políticas recentes.** Florianópolis, SC: IX Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul, 2009.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. **Na prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social.** Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2010.

SILVEIRA, Míriam Moreira da. **A Assistência Estudantil no Ensino Superior: uma análise sobre as políticas de permanência das universidades federais brasileiras/** Míriam Moreira da Silveira. –Pelotas, RS: O Autor, 2012.

SOARES, Sulamita Avelina. **O parecer social como instrumento de poder do assistente social no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e territórios** 2007. Trabalho de conclusão de graduação do curso de Serviço Social – Universidade de Brasília, Brasília: 2007.

VALE, Erlenia Sobral do. **A reprodução do ideário neoliberal no cotidiano acadêmico: reiteraões e resistências do trabalho docente na UECE /** Erlenia Sobral do Vale. – Recife, PE: O Autor, 2012.

VAZ, Marta Rosani Tarras; MARTINS, Mário de Sousa. **Neoliberalismo e ensino superior – uma reflexão sobre a educação à distância e o ensino privado.** Ponta Grossa, PR: IV Congresso Internacional de Educação, Pesquisa e Gestão, 2012.

APÊNDICE

APÊNDICE 1 - ROTEIRO DE ENTREVISTA

PERFIL DOS/AS ESTUDANTES

1. Área de concentração do curso que faz na UFCG: Humanas () Saúde ()
Exatas () Outra ()

1.1. Idade: _____

1.2. Gênero: Feminino () Masculino ()

1.3. Cidade e Estado em que reside a sua família: _____

1.4. Ano que ingressou na UFCG: _____

1.5. Já fez algum outro curso superior? Sim () Não ()

1.6. Ano de ingresso na Residência Universitária _____

2. Você classifica a Assistência Estudantil da UFCG-Cajazeiras como:

() Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima

3. Você acha importante a presença do assistente social na assistência estudantil?

Sim () Não ()

4. Você tem conhecimento das atribuições que competem ao assistente social na assistência estudantil?

Sim () Não ()

5. Sobre o processo de seleção para a residência, quando você participou do mesmo ele se deu através das seguintes etapas: Análise documental, entrevista e visita domiciliar?

Sim () Não (). No caso de resposta negativa, quais foram as etapas que constituíram o processo seletivo?

6. Qual a sua opinião sobre o processo de seleção para a Residência Universitária?

7. Na sua opinião, houve alguma(s) mudança(s) na assistência aos estudantes do período em que você passou a utilizar o programa para o momento atual?

Sim () Não (). Em caso de ter respondido sim, quais foram essas mudanças? _____

8. Em relação ao acompanhamento do desempenho acadêmico do residente, na sua opinião, houve (em) mudança(s) do período em que você entrou na residência para o momento atual?

Sim () Não (). Em caso de ter respondido sim, quais foram essas mudanças? _____

9. O acompanhamento do desempenho acadêmico do residente faz parte dos critérios para a permanência do aluno no programa. Dessa forma como você analisa esse acompanhamento? Por quê?

10. Com que frequência esse acompanhamento é realizado?

11. Que sugestões você daria para melhorar a assistência estudantil?

12. O que você acha da alimentação fornecida pelo Restaurante Universitário?

Ótima Boa Regular Ruim Péssima

13. Qual avaliação você faz do atendimento no Restaurante Universitário

Ótima Bom Regular Ruim Péssima

14. Em sua opinião, em que aspecto o Restaurante Universitário (atendimento, alimentação, infraestrutura etc.) poderia ser melhorado?

APÊNDICE 2 – CARTILHA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL



CARTILHA DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Universidade Federal | Centro de Formação
de Campina Grande | de Professores



**Residência
Universitária**

**Restaurante
Universitário**

**Bolsa
Permanência**

REUNI

2014

Assistência Estudantil

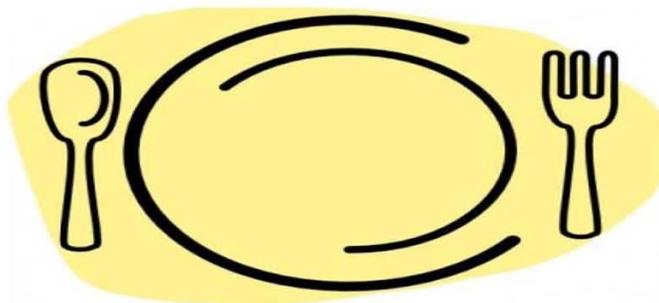
O Programa Nacional da Assistência Estudantil é executado pelo Ministério da Educação com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior. Dessa forma objetiva democratizar as condições, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência da educação do ensino superior, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

As ações da assistência estudantil estão voltadas para: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

Cabe à Instituição Federal de Ensino Superior a definição dos critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Essa cartilha abordará de maneira sucinta os programas que são oferecidos pela UFCG nesse âmbito visando esclarecer dúvidas recorrentes. Ademais, buscaremos desvelar o setor perante este público, fortalecendo e ampliando suas relações, promovendo uma efetiva melhoria no que compete ao atendimento das pessoas e órgãos que necessitam de tais dispositivos, visando seu melhor funcionamento.

Programa Restaurante Universitário



Esse programa tem como marcos regulatórios o decreto 7234 que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil e a portaria nº 04 de 2003 da UFCG.

A seleção dos comensais é realizada no início de cada semestre letivo, através de edital que propõe a análise documental dos candidatos.

São requisitos para a admissão: ser matriculado no mínimo em 15 créditos, ser proveniente de outra cidade, não possuir graduação e ter renda per capita inferior a um salário mínimo e meio.

Após o deferimento, são definidos os dias e horários das refeições com base nos horários de aulas e outras atividades acadêmicas do estudante.

Programa Residência Universitária



Esse programa tem como objetivo acolher estudantes universitários em situação de vulnerabilidade social, não domiciliados em Cajazeiras, não graduados e com renda per capita inferior a um salário mínimo e meio. O programa é regulamentado pelo decreto 7234/2010 e pela portaria da PRAC nº 01/2007.

A seleção dos residentes ocorre no início de cada semestre letivo, através de publicação de edital e se constitui de três etapas: análise documental, entrevistas e visitas domiciliares. Atualmente estamos com duas residências universitárias, sendo uma feminina e uma masculina.

Esses alunos têm direito, além do acolhimento, à alimentação seja no restaurante universitário ou na residência. As residências estão vinculadas à Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e tem como instâncias administrativas a Assembleia Geral, a Diretoria e o Conselho Administrativo.

Programa de Auxílio à Graduação REUNI

Esse programa é regulamentado pelo decreto 7234 e pela portaria 80/2008 da UFCG, visando prestar assistência financeira aos discentes de graduação a fim de possibilitar o melhor aproveitamento e a conclusão dos seus cursos em tempo regular.

Destina-se aos estudantes de graduação presencial, matriculados em cinco de disciplinas (cursos diurnos) e quatro disciplinas (cursos noturnos) e com renda per capita inferior a um salário e meio. Não é permitida a inscrição de alunos graduados nem o acúmulo com outros programas da assistência estudantil ou outras bolsas em geral (monitoria, extensão, etc.).

A seleção ocorre anualmente, no primeiro semestre letivo, com edital único para toda a UFCG, não havendo quantidade de vagas específicas por campus. Entretanto a inscrição ocorre em cada campus. A seleção é efetivada pelos assistentes sociais da UFCG que realizam a análise documental, definindo-se os selecionados de acordo com as vagas disponíveis. Os alunos cujos pedidos forem deferidos, mas não ingressarem por falta de vagas serão incluídos em cadastro de reserva válido até a próxima seleção.

Para permanecer no programa o aluno diurno deverá obter aprovação em cinco disciplinas por semestre letivo e o aluno noturno em quatro.

Programa Bolsa Permanência

Esse programa foi criado pelo governo federal (a partir da portaria 389/2013/MEC) e está vinculado ao Ministério da Educação que o define como “auxílio financeiro a estudantes matriculados em instituições federais de ensino superior e em situação de vulnerabilidade econômica” que tem como finalidade “minimizar as desigualdades sociais e contribuir para a permanência e a diplomação dos estudantes de graduação”.

Os usuários desse programa são alunos matriculados em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias, que não ultrapassem dois semestres do tempo regular do curso de graduação e que tenham renda per capita não superior a um salário mínimo e meio. Além disso, atende aos estudantes quilombolas e indígenas, independente da carga horária do curso.

O valor do benefício é de R\$ 400,00 reais, com exceção dos quilombolas e indígenas que recebem R\$ 900,00 reais mensais. Esse benefício pode ser acumulado com outros programas da assistência estudantil e com outras bolsas em geral, contanto que o somatório destas não ultrapasse o valor de um salário mínimo e meio.

Para ingressar no programa o aluno deverá fazer um pré-cadastro no *site* do MEC e depois entregar a documentação para análise no serviço social. Caso seja deferido, o cadastro será encaminhado ao Pró-reitor de assuntos comunitários que autorizará a inserção no programa.

Documentação necessária para a seleção dos programas



- ✓ Documentação de identificação do candidato e da sua Família;
- ✓ Comprovação de renda do candidato e da sua Família;
- ✓ Despesas;
- ✓ Comprovante de residência;
- ✓ Documento de conclusão de ensino médio.
- ✓ Comprovante de matrícula;
- ✓ Documentação comprobatória de situações específicas tais como: guarda, tutela, deficiência, separação, divórcio, óbito, etc.

FICHA TÉCNICA

Supervisão de Elaboração:

Maria Sueli Santos Albano

Equipe de Elaboração:

CFP - Cajazeiras

Estagiários de Serviço Social

Ana Rosa Sobreira de Oliveira

Emanuela Maria Cardoso Querino

Jéssica Nayara Duarte Lima

Mayara Gonçalves Lira

Sarah Gomes e Sousa

Editoração e Diagramação:

Délio Jackson

Mais informações no setor de Serviço Social do CCJS

(83) 3521-3272

